JOSIENE CAMELO FERREIRA ANTUNES

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR DE ASSISTENTES SOCIAIS NO CREAS: O enfrentamento da violência sexual infantil em Goiânia

Relatório de Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca.

Supervisora: Adriana Giaqueto Jacinto

PROGRAMA DE PÓS-DOUTORADO DA UNESP

Franca/SP

2026

RESUMO

O presente relatório científico circunstanciado apresenta as atividades desenvolvidas durante o estágio de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob supervisão da Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto. A pesquisa tem como objeto o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia/GO. O estudo adotou abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram realizadas reuniões de orientação, participação em grupo de pesquisa e eventos científicos, além de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante o período do estágio, destacaram-se a coordenação das reuniões de estudo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social (GEDUCAS), a participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo CNPq, sob a coordenação da supervisora, o apoio às atividades docentes do Programa de Pós-Graduação e colaboração no fortalecimento das redes de cooperação científica. Os resultados evidenciam avanços no aprofundamento teórico-metodológico da pesquisa, no desenvolvimento de competências científicas, bem como na consolidação da produção do conhecimento em Serviço Social. Conclui-se que o estágio de pós-doutorado contribuiu significativamente para a qualificação da pesquisa, para o fortalecimento da articulação entre ensino e pesquisa para a produção de conhecimentos comprometidos com a defesa dos direitos humanos e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

Palavras chaves: Serviço Social; Pós-doutorado; CREAS; Violência sexual contra crianças e adolescentes; Trabalho interdisciplinar.

1. INTRODUÇÃO

O estágio de pós-doutorado constitui uma importante etapa da trajetória acadêmica, caracterizando-se como um período de aprofundamento científico, fortalecimento da produção do conhecimento e ampliação das redes de pesquisa. Mais do que a continuidade da formação acadêmica, essa etapa possibilita ao pesquisador consolidar competências voltadas à investigação científica, à docência, à extensão universitária e à produção intelectual, contribuindo para o avanço do conhecimento em sua área de atuação e para o fortalecimento da universidade pública enquanto espaço de construção crítica da ciência.

Inserido nesse contexto, o presente estágio de pós-doutorado é desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), sob a supervisão da Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, tendo como objeto de estudo o trabalho interdisciplinar desenvolvido por assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia, Goiás. A pesquisa parte da compreensão de que a violência sexual infantil constitui uma das mais graves expressões da questão social, exigindo respostas articuladas entre as políticas públicas, os profissionais que compõem a rede de proteção e a sociedade.

O projeto fundamenta-se na perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, compreendendo a violência sexual não como um fenômeno isolado ou decorrente exclusivamente de relações interpessoais, mas como uma manifestação das múltiplas expressões da questão social, produzidas pelas desigualdades estruturais, pela exclusão social, pelas relações desiguais de poder e pelas diversas formas de violação de direitos humanos. Sob essa perspectiva, compreender o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS significa analisar não apenas suas atribuições profissionais, mas também os desafios institucionais, políticos e éticos presentes na efetivação da proteção integral prevista na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social.

Durante o período abrangido por este relatório, as atividades desenvolvidas transcenderam a execução do plano de pesquisa originalmente proposto. O estágio de pós-doutorado possibilitou significativa inserção nas atividades acadêmicas,

científicas e formativas desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, ampliando os espaços de diálogo científico, de produção coletiva do conhecimento e de cooperação acadêmica.

Nesse processo, destaca-se a atuação como coordenadora das reuniões de estudo do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a dimensão educativa no trabalho social (GEDUCAS) durante o ano de 2026, atividade que representou importante experiência de liderança acadêmica e fortalecimento da pesquisa coletiva. A coordenação das atividades de estudo do grupo envolveu a organização das reuniões científicas, o planejamento das atividades de estudo, a mediação de debates teóricos, o acompanhamento das discussões desenvolvidas pelos pesquisadores e o incentivo à produção científica, fortalecendo o compromisso institucional com a pesquisa, a formação continuada e a construção coletiva do conhecimento.

Paralelamente, merece destaque a participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), oportunidade que possibilitou aprofundar conhecimentos relacionados à produção editorial, revisão bibliográfica, sistematização do conhecimento científico e elaboração de textos acadêmicos, contribuindo diretamente para o fortalecimento da produção intelectual do grupo de pesquisa.

Outra atividade de significativa relevância consistiu na colaboração direta com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto na elaboração de aulas, organização de conteúdos programáticos, seleção de referenciais bibliográficos e planejamento didático das disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação. Essa participação permitiu compreender de forma mais aprofundada os processos pedagógicos envolvidos na formação de pesquisadores, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, princípios indissociáveis da universidade pública brasileira.

Durante o período também houve intensa participação em congressos, seminários, simpósios, encontros científicos, grupos de estudos, palestras e demais eventos acadêmicos, os quais proporcionaram atualização permanente acerca das discussões contemporâneas do Serviço Social, das políticas públicas, dos direitos humanos, da proteção integral de crianças e adolescentes, da violência sexual infantil e das estratégias de intervenção interdisciplinar desenvolvidas no âmbito da política de assistência social.

As atividades desenvolvidas contribuíram igualmente para o amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa. O aprofundamento das leituras, a ampliação do referencial bibliográfico, a análise crítica da literatura nacional e internacional e as discussões promovidas nas reuniões de orientação permitiram redefinir estratégias metodológicas, aperfeiçoar categorias analíticas e consolidar os fundamentos científicos que sustentam a investigação em desenvolvimento.

Além das atividades relacionadas diretamente à pesquisa, o estágio de pós-doutorado proporcionou significativa ampliação das redes de cooperação científica por meio do estabelecimento de diálogos e parcerias com pesquisadores, docentes e grupos de pesquisa dedicados às políticas públicas, ao Serviço Social, à proteção integral de crianças e adolescentes e ao enfrentamento das violências. Essas interações possibilitaram o intercâmbio de referenciais teórico-metodológicos, a discussão de experiências nacionais e internacionais sobre a atuação interdisciplinar nos serviços da Proteção Social Especial e o aprofundamento das análises relacionadas ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia/GO. Essa articulação contribuiu para o fortalecimento da pesquisa, para a qualificação das análises produzidas e para a construção de perspectivas comparadas sobre as práticas interdisciplinares e a efetivação das políticas públicas de proteção social. Esse processo reafirma a importância da universidade como espaço privilegiado para a construção do conhecimento crítico e para a formação de pesquisadores comprometidos com a transformação da realidade social.

Dessa forma, o presente relatório científico circunstanciado apresenta, de maneira sistematizada, as atividades desenvolvidas durante o período do estágio de pós-doutorado, evidenciando os avanços obtidos na pesquisa, as experiências acadêmicas vivenciadas, a produção científica desenvolvida e as contribuições proporcionadas à formação docente, à pesquisa, à extensão universitária e ao fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP.

2. OBJETIVOS

O desenvolvimento do estágio de pós-doutorado teve como finalidade consolidar o processo de formação científica, fortalecer a produção do conhecimento na área do Serviço Social e ampliar a capacidade analítica acerca do trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), especialmente no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia/GO.

O objetivo central foi concretizado através das atividades previstas no plano de trabalho do estágio pós-doutoral, articulando pesquisa, ensino, extensão e produção científica, de modo a contribuir para o avanço do conhecimento na área do Serviço Social e para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Durante o período de desenvolvimento da pesquisa buscou-se aprofundar o referencial teórico sobre as expressões da questão social, os direitos humanos, a proteção social especial, a violência sexual infantil e a atuação interdisciplinar dos profissionais que compõem a rede socioassistencial. Essa etapa foi fundamental para consolidar categorias analíticas capazes de sustentar a investigação científica e ampliar a compreensão crítica acerca da realidade estudada.

Outro objetivo consistiu em ampliar a produção científica por meio da participação em grupos de pesquisa, congressos, seminários, reuniões acadêmicas e produção de textos científicos, fortalecendo a difusão do conhecimento produzido durante o estágio de pós-doutorado.

Buscou-se, igualmente, fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão mediante a colaboração na elaboração de aulas, planejamento de atividades didáticas, organização de materiais pedagógicos e participação em discussões acadêmicas coordenadas pela Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, possibilitando vivências que ampliaram a formação docente e científica.

Também constituiu objetivo relevante assumir, durante o ano de 2026, a coordenação das reuniões de estudo do Grupo de Estudos GEDUCAS, promovendo a organização das atividades do grupo, estimulando o debate científico, fortalecendo a integração entre pesquisadores e incentivando a produção coletiva do conhecimento.

Outro aspecto importante foi contribuir para a elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), colaborando com a pesquisa bibliográfica, organização de

conteúdo, e produção acadêmica, ampliando a inserção em atividades de pesquisa de abrangência nacional.

O estágio também teve como propósito aprofundar as discussões teórico-metodológicas relacionadas ao objeto da pesquisa, por meio da participação nas atividades acadêmicas do programa de pós-doutorado, de reuniões de pesquisa, seminários e debates científicos voltados às políticas públicas, ao Serviço Social e à proteção de crianças e adolescentes. Essas atividades contribuíram para o aprimoramento da análise sobre o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia/GO, qualificando o referencial teórico e metodológico da pesquisa e ampliando as possibilidades de reflexão crítica sobre a organização da rede socioassistencial e a efetivação da proteção social especial.

Por fim, buscou-se produzir conhecimentos que possam subsidiar futuras pesquisas, qualificar a atuação profissional dos assistentes sociais e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de proteção integral às crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e da justiça social.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento do estágio de pós-doutorado fundamentou-se em abordagem qualitativa, orientada pelo referencial crítico do materialismo histórico-dialético, por compreender que a realidade social é dinâmica, contraditória e historicamente construída. Essa perspectiva metodológica possibilitou analisar o fenômeno da violência sexual infantil em sua totalidade, considerando seus determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais.

Inicialmente foi realizada ampla revisão bibliográfica, contemplando livros, artigos científicos, teses, dissertações, documentos institucionais, legislações e normativas nacionais relacionadas ao Serviço Social, à Política Nacional de Assistência Social, ao Sistema Único de Assistência Social, aos direitos da criança e do adolescente e ao enfrentamento da violência sexual infantil. Essa etapa possibilitou a construção do referencial teórico que sustenta a pesquisa e orienta a interpretação crítica dos dados.

Paralelamente, desenvolveu-se pesquisa documental envolvendo legislações, resoluções, portarias, planos nacionais, documentos técnicos e produções institucionais relacionadas ao funcionamento dos CREAS e às políticas públicas destinadas à proteção integral de crianças e adolescentes em situação de violência.

Ao longo do estágio foram realizadas reuniões sistemáticas de orientação com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, destinadas ao acompanhamento da pesquisa, discussão das estratégias metodológicas, definição das etapas de execução do plano de trabalho e avaliação permanente dos resultados alcançados. Esses encontros contribuíram significativamente para o amadurecimento científico da pesquisa e para o aperfeiçoamento do percurso metodológico.

Outro importante procedimento metodológico consistiu na participação contínua nas atividades do Grupo de Estudos GEDUCAS. As reuniões periódicas constituíram espaço privilegiado para debates teóricos, socialização de pesquisas, análise de produções científicas recentes e construção coletiva do conhecimento, favorecendo a interlocução entre pesquisadores de diferentes níveis de formação.

Durante o ano de 2026, a coordenação das atividades de estudo do GEDUCAS possibilitou vivenciar experiências relacionadas ao planejamento de atividades científicas, organização de cronogramas, condução de reuniões acadêmicas, incentivo à produção científica e fortalecimento das ações desenvolvidas pelo grupo, contribuindo para o desenvolvimento de competências acadêmicas e de liderança.

As atividades metodológicas também contemplaram a participação em eventos científicos nacionais e internacionais, os quais se constituíram em espaços estratégicos para a atualização científica, o intercâmbio de experiências e a socialização dos resultados da pesquisa. No período de 2025 a 2026, destacam-se a apresentação do trabalho "A Palavra que Cura: A Poesia como Prática Terapêutica no CAPS Colombina Neto Cerqueira Leão em São Luís de Montes Belos/GO", no IV Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental (2025); a apresentação do trabalho "O Papel do Assistente Social no CAPS Colombina Neto Cerqueira Leão na Promoção da Saúde Mental e Direitos", no Congresso Internacional de Lusofonia, Políticas Públicas e Serviço Social: Democracia, Justiça Social e Sustentabilidade (2026); e a aprovação do trabalho "A Palavra que Cura: A Poesia como Prática Terapêutica e de Empoderamento no CAPS" para apresentação e exposição na Conferência Nacional da National Association of Social Workers (NASW 2026), realizada em Washington, D.C., Estados Unidos, na área temática

Proteção Social e Saúde. A participação nessas atividades fortaleceu o processo de internacionalização da pesquisa, ampliou o diálogo com pesquisadores e profissionais de diferentes países e instituições e contribuiu para o aprofundamento das discussões teórico-metodológicas, bem como para a consolidação dos resultados desenvolvidos no âmbito do estágio pós-doutoral.

No âmbito da formação docente, foram desenvolvidas atividades de apoio à elaboração de aulas, organização de conteúdos programáticos, seleção de referências bibliográficas e planejamento didático das disciplinas ministradas pela Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto. Essas atividades favoreceram a integração entre ensino e pesquisa, ampliando a compreensão acerca dos processos formativos na pós-graduação.

Além disso, a participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo CNPq constituiu importante estratégia metodológica para aprofundar conhecimentos relacionados à escrita científica, revisão bibliográfica, sistematização de informações e organização da produção intelectual coletiva.

Todas as atividades foram registradas por meio de relatórios, atas de reuniões, registros acadêmicos, certificados de participação em eventos, materiais produzidos, fichamentos de leitura e documentos institucionais, compondo um conjunto de evidências que demonstra o desenvolvimento do estágio de pós-doutorado e subsidia a análise dos resultados apresentados neste relatório.

O percurso metodológico adotado possibilitou não apenas o desenvolvimento da pesquisa proposta, mas também o fortalecimento da formação científica, da atuação docente, da produção acadêmica e da inserção institucional da pesquisadora, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio estruturante da universidade pública.

4. RESULTADOS

O desenvolvimento do estágio de pós-doutorado possibilitou o alcance de resultados significativos, tanto no âmbito da pesquisa científica quanto nas atividades de ensino, extensão, produção intelectual e fortalecimento das redes de pesquisa. As ações desenvolvidas durante o período demonstram que o plano de trabalho proposto

vem sendo executado de forma satisfatória, evidenciando avanços consistentes na consolidação da investigação científica e na formação acadêmica da pesquisadora.

Um dos principais resultados alcançados refere-se ao aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa intitulada "O Trabalho Interdisciplinar de Assistentes Sociais no CREAS: O Enfrentamento da Violência Sexual Infantil em Goiânia"**.** Durante o período, foram ampliadas as leituras de obras clássicas e contemporâneas do Serviço Social, da Política de Assistência Social, da Sociologia, da Psicologia Social e dos estudos sobre infância, adolescência e direitos humanos. Esse processo possibilitou a construção de um referencial teórico mais consistente, capaz de sustentar as análises críticas propostas pela pesquisa.

Outro importante resultado consistiu na ampliação da revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações, normativas técnicas, resoluções, documentos oficiais e produções científicas relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Sistema de Garantia de Direitos e às políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esse levantamento permitiu identificar avanços institucionais, desafios operacionais e lacunas existentes na efetivação da proteção integral.

No decorrer do ano de 2026, assumiu-se a coordenação das atividades de estudo do Grupo de Estudos GEDUCAS, vinculado às atividades acadêmicas coordenadas pela Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto. Essa função representou importante marco na trajetória acadêmica da pesquisadora, uma vez que envolveu responsabilidades relacionadas ao planejamento das reuniões científicas, organização do cronograma de atividades, mediação dos debates teóricos, incentivo à participação dos pesquisadores e acompanhamento das produções acadêmicas desenvolvidas pelo grupo.

A coordenação de atividades do GEDUCAS proporcionou o fortalecimento das discussões interdisciplinares sobre Serviço Social, educação, direitos humanos, infância, adolescência e políticas públicas. As reuniões do grupo favoreceram a socialização de pesquisas em andamento, a leitura crítica de obras científicas, a construção coletiva de conhecimento e a formação continuada dos pesquisadores participantes. Esse espaço consolidou-se como ambiente permanente de produção científica, reflexão crítica e cooperação acadêmica.

Outro resultado de grande relevância foi a participação na elaboração de obra científica inserida em projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A participação nesse projeto possibilitou aprofundar conhecimentos relacionados à escrita científica, organização editorial, revisão bibliográfica, sistematização de conteúdos e produção coletiva do conhecimento. A experiência fortaleceu a formação da pesquisadora e ampliou sua inserção em projetos de pesquisa de alcance nacional.

No âmbito das atividades de ensino, destaca-se a colaboração direta com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto na elaboração de aulas, organização de conteúdos programáticos, atualização de referências bibliográficas, preparação de materiais didáticos e planejamento pedagógico das disciplinas desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação. Essa experiência contribuiu significativamente para o aprimoramento da formação docente e para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem na pós-graduação.

Durante o período também ocorreu intensa participação em congressos, seminários, simpósios, jornadas científicas, palestras e encontros acadêmicos. Esses eventos constituíram importantes espaços de atualização científica, intercâmbio de experiências e divulgação da produção acadêmica. A participação em eventos permitiu conhecer pesquisas desenvolvidas por outras instituições, estabelecer novas parcerias acadêmicas e ampliar o diálogo com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Outro resultado expressivo foi a intensificação das reuniões de orientação científica realizadas com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto. Os encontros possibilitaram discutir o desenvolvimento da pesquisa, revisar procedimentos metodológicos, aperfeiçoar categorias analíticas, redefinir estratégias de investigação e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho. As orientações contribuíram diretamente para o amadurecimento científico da pesquisa e para a qualificação da produção acadêmica.

No decorrer do estágio de pós-doutorado também foram produzidos fichamentos, resenhas críticas, sistematizações bibliográficas, registros das reuniões científicas e materiais de apoio às atividades de pesquisa. Esses documentos constituíram importante base para a organização das etapas seguintes da investigação e para a elaboração de futuros artigos científicos, capítulos de livros e trabalhos acadêmicos.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão. As atividades desenvolvidas permitiram compreender que a produção científica não se restringe ao ambiente acadêmico, mas deve dialogar permanentemente com as demandas da sociedade, especialmente no campo das políticas públicas voltadas à proteção da infância e da adolescência. Essa perspectiva reforça o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A participação ativa nas atividades do Programa de Pós-Graduação foi complementada pela inserção da pesquisadora em eventos científicos nacionais e internacionais, favorecendo o intercâmbio acadêmico e a ampliação do diálogo com pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior e centros de pesquisa. Nesse contexto, destacam-se a participação no IV Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental (2025), no Congresso Internacional de Lusofonia, Políticas Públicas e Serviço Social: Democracia, Justiça Social e Sustentabilidade (2026) e a aprovação de trabalho para apresentação na Conferência Nacional da National Association of Social Workers (NASW 2026), realizada em Washington, D.C., Estados Unidos. Essas experiências possibilitaram a discussão dos resultados da pesquisa com especialistas nacionais e internacionais, contribuíram para o aperfeiçoamento teórico-metodológico do estudo e fortaleceram a visibilidade acadêmica da investigação desenvolvida no âmbito do estágio pós-doutoral.

Os resultados alcançados também evidenciam o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão acadêmica, liderança de grupos de pesquisa, organização de eventos científicos, planejamento de atividades formativas e articulação entre pesquisadores. Essas competências representam importante avanço na formação da pesquisadora, contribuindo para sua atuação futura como docente, pesquisadora e coordenadora de projetos científicos.

De forma geral, as atividades realizadas durante o estágio de pós-doutorado demonstram que os objetivos propostos vêm sendo alcançados de maneira consistente. Os avanços obtidos fortalecem a qualidade científica da pesquisa, ampliam a produção do conhecimento na área do Serviço Social e contribuem para o desenvolvimento de estudos voltados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso da universidade pública com a pesquisa, a produção científica e a transformação da realidade social.

Por fim, destaca-se que os resultados obtidos até o presente momento ultrapassam a execução das atividades inicialmente previstas, refletindo uma participação ativa nas ações de pesquisa e ensino desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP. A coordenação de atividades do GEDUCAS, a participação em projeto editorial financiado pelo CNPq, o apoio às atividades docentes, a presença em eventos científicos e o fortalecimento das redes acadêmicas evidenciam uma trajetória de intensa dedicação à produção do conhecimento, contribuindo para a consolidação de uma formação pós-doutoral comprometida com a excelência acadêmica e com a defesa dos direitos humanos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PESQUISADOS

A presente pesquisa bibliográfica tem como cenário de análise o município de Goiânia, capital do estado de Goiás, localizada na Região Centro-Oeste do Brasil. A escolha desse território como espaço de investigação relaciona-se à necessidade de compreender as particularidades sociais, históricas, econômicas e institucionais que atravessam o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A análise dos serviços pesquisados parte do pressuposto de que as políticas públicas não se desenvolvem de maneira isolada dos territórios onde são implementadas. Ao contrário, sua organização, seus desafios e suas possibilidades de intervenção encontram-se diretamente relacionados às características sociais, econômicas e culturais presentes em cada espaço urbano. Dessa forma, compreender a realidade de Goiânia constitui uma etapa fundamental para analisar como a Política de Assistência Social se estrutura no município e como os CREAS atuam diante das diferentes expressões da questão social.

Goiânia foi planejada e inaugurada na década de 1930, em um contexto histórico marcado pelo projeto de modernização administrativa e pelo processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro. Sua criação teve como finalidade substituir a Cidade de Goiás como capital estadual, considerando aspectos relacionados à localização estratégica, às condições de expansão urbana e à necessidade de construção de um novo centro político e administrativo para o estado. Desde sua fundação, a cidade passou a representar um importante símbolo de

modernização de Goiás, consolidando-se gradativamente como referência regional na oferta de serviços públicos, comércio, educação, saúde e atividades econômicas.

A construção da nova capital esteve vinculada às transformações políticas e econômicas que marcaram o Brasil durante a primeira metade do século XX, especialmente durante o período em que o país buscava ampliar a integração territorial e fortalecer novas áreas de desenvolvimento. Ao longo das décadas seguintes, Goiânia apresentou intenso crescimento urbano e populacional, tornando-se um dos principais polos de atração migratória da Região Centro-Oeste. Esse processo modificou profundamente sua configuração espacial, produzindo novas formas de ocupação urbana e ampliando as demandas relacionadas às políticas sociais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Goiânia possui população estimada em 1.494.599 habitantes (IBGE, 2024), constituindo-se como o município mais populoso do estado de Goiás e um dos maiores centros urbanos da Região Centro-Oeste. Essa expressiva concentração populacional revela uma dinâmica social complexa, marcada pela coexistência de diferentes realidades econômicas, culturais e territoriais, que influenciam diretamente a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos sociais.

A posição estratégica de Goiânia contribuiu para que o município assumisse papel de centralidade regional, atendendo não apenas seus moradores, mas também populações provenientes de diversas cidades do interior do estado. Essa característica amplia a demanda por serviços públicos especializados e produz desafios significativos para a gestão das políticas sociais, especialmente aquelas destinadas aos segmentos em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.

Entretanto, o processo de crescimento urbano da capital não ocorreu de forma homogênea. Embora Goiânia apresente importantes indicadores de desenvolvimento econômico e infraestrutura urbana, sua expansão territorial também foi acompanhada pela produção de desigualdades socioespaciais, evidenciadas pelas diferenças existentes entre regiões com maior acesso a equipamentos públicos, serviços e oportunidades e territórios marcados por precarização das condições de vida, fragilização dos vínculos sociais e maior exposição às situações de risco social.

Essa realidade evidencia que o desenvolvimento urbano não pode ser analisado apenas pela perspectiva do crescimento econômico ou da expansão física da cidade. Conforme destaca Santos (2006), o território constitui uma construção social e histórica, produzido pelas relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas pelos sujeitos que nele vivem. Assim, o território não representa apenas uma localização geográfica, mas um espaço onde se expressam desigualdades, conflitos, formas de resistência e possibilidades de construção coletiva.

No campo do Serviço Social, essa compreensão é fundamental, pois permite analisar que as demandas apresentadas pelos usuários das políticas públicas não são fenômenos individuais ou isolados, mas expressões concretas das condições sociais produzidas historicamente. Conforme argumenta Iamamoto (2015), a questão social constitui o objeto de intervenção do assistente social e manifesta-se nas desigualdades produzidas pelas relações sociais capitalistas, expressando-se por meio da pobreza, da exclusão, da precarização das condições de vida e das diversas formas de violação de direitos.

Nessa perspectiva, compreender Goiânia enquanto território da pesquisa significa reconhecer que as situações atendidas pelos serviços socioassistenciais estão relacionadas às determinações sociais mais amplas que atravessam a vida dos sujeitos. As situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, objeto desta investigação, não podem ser compreendidas exclusivamente como acontecimentos individuais ou familiares, mas como fenômenos sociais complexos, relacionados às relações de poder, às desigualdades, às fragilidades das redes de proteção e às condições históricas de vulnerabilidade.

Para Netto (2001), a questão social deve ser compreendida como resultado das contradições estruturais presentes na sociedade capitalista, não podendo ser reduzida a manifestações particulares desvinculadas de seus fundamentos sociais. Essa perspectiva é essencial para analisar a violência sexual contra crianças e adolescentes, pois permite compreender que seu enfrentamento exige ações articuladas entre diferentes políticas públicas, profissionais e instituições que compõem a rede de proteção social.

Nesse contexto, a organização das políticas públicas em Goiânia necessita considerar a diversidade territorial existente no município. A dimensão territorial assume papel estratégico, pois permite identificar demandas específicas, compreender as condições de vida da população e planejar intervenções mais

adequadas às necessidades apresentadas pelos diferentes grupos sociais. A territorialização, portanto, constitui uma ferramenta fundamental para aproximar o Estado da população e fortalecer a garantia dos direitos sociais.

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a territorialização constitui um dos princípios estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A organização dos serviços socioassistenciais deve considerar as características de cada território, reconhecendo que as vulnerabilidades sociais apresentam diferentes manifestações conforme o contexto econômico, cultural e histórico das comunidades atendidas.

Conforme destaca Sposati (2013), a territorialização representa uma estratégia de democratização do acesso à proteção social, pois possibilita que os serviços sejam planejados a partir das necessidades concretas da população. Dessa maneira, o território deixa de ser compreendido apenas como uma divisão administrativa e passa a constituir elemento central para a formulação das políticas sociais e para o desenvolvimento do trabalho profissional.

É nesse cenário que se inserem os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), unidades públicas estatais responsáveis pela oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade no âmbito do SUAS. Esses equipamentos desempenham papel fundamental no atendimento às famílias e indivíduos que vivenciam situações de ameaça ou violação de direitos, desenvolvendo ações especializadas voltadas à proteção social, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à articulação da rede de atendimento.

No município de Goiânia, os CREAS encontram-se organizados territorialmente com a finalidade de ampliar a cobertura da rede socioassistencial e garantir maior proximidade entre os serviços especializados e a população usuária. Para esta pesquisa foram selecionadas quatro unidades: CREAS Centro-Sul, CREAS Leste, CREAS Norte e CREAS Oeste, considerando sua relevância na execução da política de proteção social especial e sua atuação no acompanhamento de situações envolvendo violações de direitos de crianças e adolescentes.

A escolha dessas unidades está relacionada ao objetivo de compreender como as especificidades territoriais influenciam o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Embora todos os CREAS estejam vinculados aos mesmos princípios normativos do SUAS, cada unidade está inserida em territórios com características

próprias, que interferem nas demandas apresentadas, nas estratégias de intervenção e nas formas de articulação com a rede de proteção.

Dessa forma, a caracterização dos serviços pesquisados não se limita à apresentação administrativa dos equipamentos, mas busca compreender os CREAS como espaços institucionais de efetivação de direitos, inseridos em uma realidade social marcada por múltiplas expressões da questão social. Essa compreensão possibilita analisar o trabalho dos assistentes sociais considerando os aspectos históricos, territoriais, políticos e institucionais que atravessam o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias.

4.1.1 Organização territorial dos CREAS no município de Goiânia

A organização da Proteção Social Especial no município de Goiânia está fundamentada nos princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente na descentralização político-administrativa, na territorialização e na matricialidade sociofamiliar. Esses princípios orientam a distribuição dos serviços especializados no território, buscando aproximar o atendimento das realidades vivenciadas pela população e assegurar maior efetividade na garantia dos direitos socioassistenciais.

Nesse contexto, os CREAS constituem unidades públicas estatais responsáveis pela oferta de serviços especializados destinados às famílias e aos indivíduos que vivenciam situações de ameaça ou violação de direitos. Conforme estabelecem a Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, esses equipamentos integram a Proteção Social Especial de Média Complexidade, desenvolvendo ações continuadas de acompanhamento familiar, orientação, fortalecimento de vínculos e articulação com a rede de proteção social.

Em Goiânia, a implantação dos CREAS ocorreu de forma territorializada, considerando a dimensão geográfica da capital, a distribuição populacional e as diferentes expressões da questão social presentes nas diversas regiões do município. Essa organização procura garantir maior acessibilidade aos serviços especializados, evitando que a população precise percorrer grandes distâncias para acessar os atendimentos ofertados pela política pública de assistência social. A descentralização territorial também fortalece a capacidade institucional de identificar demandas

específicas de cada região, possibilitando respostas mais qualificadas e compatíveis com a realidade local.

Segundo Iamamoto (2015), o trabalho profissional do assistente social deve partir da leitura crítica da realidade concreta onde os sujeitos estão inseridos. Essa perspectiva torna a categoria território um elemento indispensável para compreender as desigualdades sociais, as vulnerabilidades e as múltiplas formas de violação de direitos. Assim, a organização territorial dos CREAS não representa apenas uma estratégia administrativa, mas um instrumento técnico e político que qualifica o planejamento das ações profissionais.

A Prefeitura de Goiânia organiza os CREAS segundo regiões territoriais definidas pelo planejamento municipal, contemplando as unidades CREAS Centro-Sul, CREAS Leste, CREAS Norte, CREAS Oeste e CREAS Noroeste. Cada unidade atende prioritariamente as demandas oriundas de sua respectiva região de abrangência, desenvolvendo serviços especializados voltados ao acompanhamento de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais indivíduos que tiveram seus direitos violados.

Essa organização territorial revela importante avanço na consolidação da Política de Assistência Social, pois possibilita que os profissionais construam maior conhecimento acerca das características sociais, econômicas e culturais dos territórios onde atuam. Para Milton Santos (2006), o território deve ser compreendido como resultado das relações sociais historicamente construídas, sendo simultaneamente espaço de reprodução das desigualdades e de produção de possibilidades emancipatórias. Sob essa perspectiva, conhecer o território significa compreender os determinantes sociais que influenciam as demandas apresentadas pelos usuários da política pública.

No âmbito desta pesquisa, foram selecionadas quatro unidades da rede municipal: CREAS Centro-Sul, CREAS Leste, CREAS Norte e CREAS Oeste. A escolha dessas unidades fundamenta-se na intenção de compreender como diferentes contextos territoriais influenciam o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Embora pertençam à mesma política pública e sejam orientadas pelos mesmos marcos normativos, cada unidade desenvolve suas ações em territórios marcados por especificidades sociais próprias, que repercutem diretamente na organização do processo de trabalho das equipes técnicas.

Essa diversidade territorial reforça a compreensão de que a violência sexual contra crianças e adolescentes não pode ser analisada de maneira homogênea. As formas de manifestação da violência, as estratégias de proteção familiar, o acesso às políticas públicas e a própria capacidade institucional de resposta variam conforme as condições objetivas presentes em cada território. Conforme destacam Faleiros e Faleiros (2008), compreender a violência sexual exige analisar as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que sustentam sua ocorrência, superando interpretações individualizantes ou moralizantes.

Desse modo, a caracterização das unidades pesquisadas constitui etapa indispensável para compreender o contexto institucional no qual se desenvolve o trabalho interdisciplinar dos assistentes sociais. Mais do que identificar a localização física dos equipamentos, pretende-se evidenciar como a organização territorial dos CREAS influencia o planejamento das ações, a articulação da rede de proteção, o acompanhamento das famílias e a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica da Assistência Social.

4.1.2 Organização da Política de Assistência Social em Goiânia

A compreensão da organização dos serviços pesquisados no município de Goiânia exige inicialmente uma análise do processo histórico de constituição da Assistência Social enquanto política pública de direito no Brasil. Durante grande parte da trajetória brasileira, as ações direcionadas às populações em situação de pobreza e vulnerabilidade estiveram associadas a práticas de caráter filantrópico, caritativo e assistencialista, marcadas pela ausência de uma perspectiva universal de proteção social. A superação desse modelo ocorreu a partir das transformações políticas e sociais desencadeadas pelo processo de redemocratização brasileira, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a Assistência Social como integrante do sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

A Constituição Federal de 1988 representou uma ruptura histórica ao estabelecer que a Assistência Social constitui direito do cidadão e dever do Estado, rompendo, ao menos no plano normativo, com a lógica da ajuda, do favor e da benemerência que marcou tradicionalmente as intervenções sociais no país. Esse novo paradigma introduziu a compreensão de que as situações de vulnerabilidade e

risco social não devem ser tratadas como problemas individuais ou falhas pessoais dos sujeitos, mas como expressões das desigualdades produzidas socialmente, demandando respostas públicas planejadas e fundamentadas na garantia de direitos.

Nesse processo, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, constituiu um marco fundamental para regulamentar a política de Assistência Social brasileira. A legislação definiu seus objetivos, princípios e diretrizes, estabelecendo a descentralização político-administrativa, a participação popular e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política. Conforme aponta Yazbek (2009), a construção da Assistência Social como política pública representou um movimento contraditório, pois ocorreu em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e por disputas entre projetos distintos de proteção social.

A consolidação da Assistência Social como direito social também modificou profundamente o significado do trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam nessa área. Para o Serviço Social, essa transformação representou a ampliação de um campo de atuação comprometido com a defesa dos direitos humanos, com a participação social e com a construção de respostas profissionais fundamentadas na análise crítica da realidade. Conforme destaca Iamamoto (2015), o trabalho do assistente social está inserido nas relações sociais contraditórias da sociedade capitalista, exigindo do profissional capacidade teórica, ética e política para compreender as determinações sociais que atravessam as demandas apresentadas pelos usuários.

A partir dos avanços normativos estabelecidos pela LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, fortaleceram um novo modelo de organização da política pública. O SUAS estruturou a Assistência Social brasileira com base nos princípios da descentralização, territorialização, matricialidade sociofamiliar e organização dos serviços por níveis de proteção social, possibilitando maior sistematização das ações desenvolvidas pelos municípios, estados e União.

A implementação do SUAS representou uma importante mudança na forma de compreender e executar a política de Assistência Social, pois estabeleceu uma rede organizada de serviços, programas, projetos e benefícios destinados à proteção social da população. Diferentemente das práticas fragmentadas e emergenciais predominantes em períodos anteriores, o sistema passou a orientar a atuação estatal por meio de planejamento, financiamento continuado, definição de responsabilidades

entre os entes federativos e criação de equipamentos públicos específicos para atendimento das demandas sociais.

Segundo Sposati (2013), a construção do SUAS significou um avanço na institucionalização da Assistência Social brasileira, pois possibilitou transformar ações historicamente marcadas pela improvisação em uma política estruturada, com princípios, objetivos e instrumentos próprios. Entretanto, a autora ressalta que a efetivação desse modelo depende de condições políticas, econômicas e institucionais capazes de garantir recursos suficientes, equipes qualificadas e compromisso permanente do Estado com a proteção social.

No município de Goiânia, a organização da Política de Assistência Social acompanha as diretrizes nacionais estabelecidas pelo SUAS, estruturando seus serviços a partir das necessidades identificadas nos diferentes territórios da cidade. A dimensão territorial assume papel central nesse processo, considerando que as desigualdades sociais não se distribuem de maneira uniforme no espaço urbano. Assim, a organização dos equipamentos socioassistenciais busca aproximar os serviços da população, possibilitando maior capacidade de identificação das demandas e construção de estratégias de intervenção adequadas às particularidades locais.

A Proteção Social prevista pelo SUAS organiza-se em dois grandes níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de situações de vulnerabilidade social por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como principal equipamento de referência o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a Proteção Social Especial é destinada ao atendimento de indivíduos e famílias que vivenciam situações de risco pessoal e social decorrentes de violações de direitos, demandando acompanhamento especializado.

A Proteção Social Especial divide-se em Média e Alta Complexidade. A Média Complexidade atende situações em que os vínculos familiares e comunitários ainda podem ser preservados, embora existam violações de direitos que necessitam de acompanhamento especializado. Nesse nível de proteção estão inseridos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), responsáveis pela oferta de serviços direcionados a indivíduos e famílias em situações como violência, negligência, abandono, exploração, discriminação e outras formas de violação de direitos.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), o principal serviço ofertado pelos CREAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse serviço tem como finalidade oferecer apoio, orientação e acompanhamento especializado às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, buscando fortalecer sua função protetiva, prevenir agravamentos das situações vivenciadas e promover o acesso aos demais serviços e políticas públicas.

O trabalho desenvolvido pelo PAEFI ultrapassa a realização de atendimentos pontuais, pois envolve acompanhamento continuado, construção de estratégias de intervenção, articulação da rede de proteção e atuação interdisciplinar. Essa perspectiva reconhece que as situações de violência possuem múltiplas determinações e não podem ser enfrentadas exclusivamente a partir de uma única área profissional ou política pública.

No caso específico da violência sexual contra crianças e adolescentes, a atuação dos CREAS assume relevância ainda maior, considerando a complexidade das situações atendidas. Segundo Faleiros e Faleiros (2008), a violência sexual representa uma grave violação dos direitos humanos, caracterizada por relações desiguais de poder, dominação e exploração, produzindo impactos significativos no desenvolvimento integral das vítimas. Seu enfrentamento exige ações especializadas, contínuas e articuladas com os diversos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Nesse sentido, a atuação dos assistentes sociais inseridos nos CREAS fundamenta-se no compromisso ético-político da profissão com a defesa dos direitos sociais e com a proteção dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a intervenção profissional deve estar orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela ampliação da cidadania e pela eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação.

A realidade dos CREAS de Goiânia, portanto, deve ser compreendida dentro dessa perspectiva mais ampla da Política de Assistência Social. Esses equipamentos não constituem apenas unidades administrativas responsáveis por encaminhamentos ou atendimentos individuais, mas espaços estratégicos de garantia de direitos, onde profissionais de diferentes áreas constroem respostas coletivas diante das expressões da questão social.

Dessa forma, analisar o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS de Goiânia exige compreender a articulação entre território, política pública, rede de proteção e direitos sociais. A violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto fenômeno complexo, demanda uma intervenção profissional capaz de integrar conhecimentos, superar práticas fragmentadas e fortalecer estratégias de proteção integral, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Assim, a organização da Proteção Social Especial no município de Goiânia constitui elemento fundamental para compreender as condições institucionais nas quais se desenvolve o trabalho dos assistentes sociais. A existência de equipamentos especializados, equipes técnicas e articulação intersetorial representa uma dimensão essencial para o enfrentamento das violações de direitos, embora permaneçam desafios relacionados ao financiamento, às condições de trabalho, à articulação da rede e à efetivação plena dos direitos de crianças e adolescentes.

4.1.3 Organização da Proteção Social Especial

A organização da Proteção Social Especial constitui um dos principais avanços da Política Nacional de Assistência Social no processo de consolidação da Assistência Social como política pública integrante da Seguridade Social brasileira. A partir da Constituição Federal de 1988, da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturou-se um novo modelo de proteção social fundamentado na universalização de direitos, na descentralização político-administrativa, na territorialização e na responsabilidade estatal pela garantia da proteção às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Esse processo representou uma ruptura histórica com práticas marcadas pelo assistencialismo, pela filantropia e pela benemerência, que durante décadas caracterizaram as ações voltadas às populações empobrecidas. Conforme destaca Yazbek (2009), a Assistência Social brasileira foi historicamente construída sob forte influência de práticas caritativas, sendo somente após a Constituição Federal de 1988 reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. Tal mudança produziu profundas transformações na organização dos serviços socioassistenciais e no próprio significado da intervenção profissional desenvolvida pelos assistentes sociais.

A institucionalização do SUAS possibilitou organizar a Política de Assistência Social em um sistema público nacional, definindo responsabilidades entre União, estados e municípios, estabelecendo mecanismos permanentes de financiamento, planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados à população. Conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), a proteção social deve desenvolver ações voltadas tanto à prevenção das situações de vulnerabilidade quanto ao atendimento especializado das violações de direitos, considerando as especificidades territoriais e familiares presentes em cada realidade social.

Nesse contexto, a Proteção Social Especial passa a ocupar posição estratégica dentro do SUAS ao atender indivíduos e famílias cujos direitos foram ameaçados ou efetivamente violados. Diferentemente da Proteção Social Básica, cuja finalidade principal consiste na prevenção das vulnerabilidades sociais mediante o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a Proteção Social Especial volta-se para situações em que já existem riscos pessoais e sociais decorrentes de violência, negligência, abandono, abuso, exploração, discriminação, rompimento dos vínculos familiares ou outras formas de violação de direitos.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, a Proteção Social Especial destina-se às famílias e aos indivíduos que demandam acompanhamento técnico especializado em razão da complexidade das situações vivenciadas, exigindo intervenções continuadas, atuação interdisciplinar e intensa articulação entre diferentes políticas públicas. Trata-se de uma modalidade de proteção que reconhece a multidimensionalidade das expressões da questão social, compreendendo que as violações de direitos não decorrem exclusivamente de escolhas individuais, mas são produzidas por processos históricos, econômicos, culturais e políticos que atravessam a sociedade brasileira.

Essa compreensão encontra respaldo na produção teórica de Iamamoto (2015), ao afirmar que a questão social constitui o objeto de intervenção do Serviço Social e expressa as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista. Para a autora, as manifestações da pobreza, da violência, da exclusão social e da precarização das condições de vida não podem ser analisadas isoladamente, pois decorrem das contradições presentes nas relações sociais. Assim, a atuação profissional exige uma leitura crítica da realidade, capaz de ultrapassar explicações individualizantes e construir respostas fundamentadas na defesa dos direitos sociais.

Nessa mesma perspectiva, Netto (2001) argumenta que a questão social representa a expressão das contradições inerentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista, manifestando-se nas diversas formas de desigualdade que atingem amplos segmentos da população. Tal compreensão torna-se particularmente relevante para o estudo da violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que esse fenômeno não pode ser compreendido apenas como um problema familiar ou comportamental, mas como uma grave violação de direitos humanos relacionada às desigualdades sociais, às relações de poder, às estruturas patriarcais e às insuficiências das redes de proteção.

Dessa forma, a organização da Proteção Social Especial demanda a construção de respostas institucionais capazes de articular diferentes políticas públicas, reconhecendo que a complexidade das situações atendidas exige atuação interdisciplinar e intersetorial. Conforme estabelecem as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Brasil, 2011), o atendimento especializado deve ocorrer mediante acompanhamento continuado, elaboração de planos de intervenção, fortalecimento da capacidade protetiva das famílias e articulação permanente com os serviços das áreas da saúde, educação, justiça, segurança pública e demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

Outro aspecto fundamental da Proteção Social Especial refere-se ao reconhecimento da centralidade da família no processo de intervenção. Entretanto, essa centralidade não implica responsabilizar exclusivamente os núcleos familiares pelas situações de violência ou vulnerabilidade vivenciadas. Ao contrário, conforme ressalta Sposati (2013), a matricialidade sociofamiliar deve ser compreendida como estratégia de fortalecimento da proteção social, considerando que as famílias também são atravessadas pelas desigualdades estruturais presentes na sociedade. Assim, a intervenção profissional busca potencializar capacidades protetivas sem desconsiderar as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos sociais.

A organização da Proteção Social Especial fundamenta-se ainda no princípio da territorialização. Conforme Milton Santos (2006), o território deve ser compreendido como espaço produzido pelas relações sociais, onde se expressam simultaneamente desigualdades, conflitos, identidades, formas de resistência e possibilidades de transformação social. Essa concepção amplia a compreensão sobre o planejamento das políticas públicas, permitindo reconhecer que as vulnerabilidades assumem

diferentes configurações conforme as características históricas, econômicas e culturais de cada território. Nesse sentido, a distribuição territorial dos serviços especializados representa estratégia fundamental para ampliar o acesso da população à proteção social e qualificar as intervenções desenvolvidas pelas equipes técnicas.

4.1.4 Caracterização do CREAS Centro-Sul

A caracterização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Centro-Sul, unidade pública estatal integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Goiânia, Estado de Goiás, constitui um objeto analítico de extrema relevância para compreender as dinâmicas de reprodução das desigualdades sociais e as estratégias de enfrentamento às violações de direitos em contextos urbanos de grande complexidade. Inserido na estrutura da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o CREAS Centro-Sul assume o papel fundamental de centralizar e coordenar os serviços especializados voltados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Suas ações abrangem situações de violência física, psicológica, negligência, exploração sexual, trabalho infantil e o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. A análise empírica de sua área de atuação revela que esta unidade possui uma das mais complexas e heterogêneas configurações demográficas e territoriais da capital goiana, exigindo um constante esforço metodológico de planejamento, monitoramento e intervenção direta por parte de sua equipe multiprofissional.

A partir do exame dos registros oficiais de planejamento territorial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS) de Goiânia, constata-se uma importante dualidade quantitativa que reflete a complexidade das metodologias de zoneamento adotadas pela administração pública. Nos registros de cobertura operacional unificada e contatos administrativos da unidade, o CREAS Centro-Sul é formalmente associado ao atendimento direto de 86 bairros específicos da capital. Contudo, quando analisada a divisão socioassistencial de forma integrada à rede de proteção básica que envolve o fluxo cruzado e a retaguarda aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Núcleos de Assistência Social (NAS) —, a escala de cobertura territorial da unidade expande-se significativamente, alcançando o total de 221 bairros. Essa disparidade quantitativa não se reduz a uma mera

inconsistência de dados; ao contrário, evidencia os desafios práticos de conciliar a delimitação administrativa de atendimento direto com a capilaridade exigida pelo fluxo de contrarreferência no território sob sua responsabilidade técnica.

Sob a perspectiva da teoria social e da geografia crítica, a distribuição espacial e a demografia desses territórios atendidos revelam um mosaico de segregação socioespacial que tensiona diariamente o fazer profissional no âmbito do SUAS. Conforme formula Sposati (2009, p. 74), o território não pode ser interpretado como um mero cenário passivo ou plano geográfico inerte onde se instalam os equipamentos públicos. Ele consiste, fundamentalmente, no espaço vivo e dinâmico onde as desigualdades sociais se materializam e as violações de direitos adquirem contornos particulares a depender da classe social, do gênero e da etnia dos sujeitos. No caso específico do CREAS Centro-Sul, o território sob sua guarda sobrepõe bairros de altíssimo poder aquisitivo e forte verticalização urbana tais como o *Setor* Bueno, o Setor Marista, o Jardim Goiás e o Bairro Alto da Glória a zonas periféricas ou de transição caracterizadas por profundas desvantagens estruturais e precariedade habitacional, como o Bairro Feliz, o Jardim Bela Vista, o Jardim das Esmeraldas e o Conjunto Vila Isabel.

Essa coexistência de extremos socioeconômicos impõe desafios operacionais ímpares à equipe técnica da unidade. O monitoramento e a busca ativa em condomínios horizontais fechados de alto padrão, como o Jardins Milão, o Jardins Munique, o Jardins Lisboa e o Jardins Madri, revelam a existência de barreiras físicas e institucionais que frequentemente invisibilizam violações de direitos que ocorrem no ambiente doméstico, tais como a violência contra a pessoa idosa, o abuso psicológico e a violência de gênero. Nessas áreas de elevada renda, as barreiras de segurança privada e o isolamento residencial dificultam o acesso dos técnicos, demandando estratégias inovadoras de articulação com a rede de saúde suplementar, condomínios e conselhos tutelares. Em contrapartida, nos bairros caracterizados por maior vulnerabilidade social, as violações de direitos manifestam-se associadas a carências estruturais crônicas, à ausência de infraestrutura urbana adequada e à forte presença do tráfico de drogas, o que exige da equipe do CREAS uma intervenção que integre a superação da violência imediata à garantia de acessos socioassistenciais básicos e inserção produtiva.

Nesse contexto, as atribuições institucionais do CREAS Centro-Sul estruturam-se a partir de uma matriz de intervenção interdisciplinar que busca superar a

perspectiva puramente cartorial ou repressiva de atendimento. A principal frente de atuação da equipe técnica — composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e assessoria jurídica — reside no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Este serviço direciona-se ao acolhimento e acompanhamento de famílias com membros em situação de violência, visando fortalecer sua função protetiva e interromper os ciclos de reincidência da violação de direitos. Conforme analisa Yazbek (2012, p. 118), a atuação na Proteção Social Especial de Média Complexidade situa-se em uma zona de fronteira sensível entre a subsistência material e a degradação subjetiva dos indivíduos. A intervenção técnica, portanto, não deve limitar-se à aplicação de sanções ou ao preenchimento de relatórios para o poder judiciário, mas deve atuar de modo a reorganizar as referências de sociabilidade e assegurar que as famílias possam reconstruir suas trajetórias de vida com dignidade e autonomia.

Ademais, o CREAS Centro-Sul desempenha um papel central no acompanhamento sistemático de adolescentes inseridos no cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, nas modalidades de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Esse processo de acompanhamento pressupõe a elaboração conjunta do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento metodológico que orienta a inserção do adolescente na rede pública de ensino, em programas de aprendizagem profissional, serviços de saúde mental e atividades culturais ou desportivas. A atuação socioeducativa busca afastar-se de práticas meramente punitivas, centrando-se na responsabilização do jovem aliada à oferta de oportunidades reais de reinserção social. Faleiros (2013, p. 45) ressalta que o enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes e às manifestações da questão social não pode pautar-se por perspectivas tutelares tradicionais. Pelo contrário, exige desvelar as relações de poder estruturais que silenciam as vítimas e estruturar, por meio do trabalho intersetorial, uma rede de suporte real que propicie o empoderamento e a emancipação social dos sujeitos.

A infraestrutura e o arranjo administrativo do CREAS Centro-Sul, sediado estrategicamente na Rua 104, nº 614, Setor Sul de Goiânia, e acessível pelos ramais telefônicos (62) 3524-4605 e (62) 3524-4607, fornecem a base operacional necessária para sustentar a execução de tais complexas atribuições. Para viabilizar respostas efetivas à população atendida, a unidade estabelece fluxos contínuos de interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos, incluindo os Conselhos Tutelares das regiões

correspondentes, as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, o Tribunal de Justiça e as delegacias especializadas. A consolidação de uma prática profissional crítica e emancipatória no CREAS Centro-Sul depende, fundamentalmente, de uma vigilância socioassistencial ativa que reconheça o território em sua totalidade contraditória, traduzindo as estatísticas de abrangência sejam os 86 bairros de foco direto ou as 221 localidades integradas à rede de retaguarda em ações concretas de garantia de direitos e justiça social.

4.1.5 Caracterização do CREAS Leste

A configuração socioassistencial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Leste revela uma identidade territorial singular, profundamente distinta das demais unidades de Goiânia, especialmente quando comparada à região Centro-Sul. Enquanto a unidade Centro-Sul é caracterizada por uma acentuada verticalização urbana, condomínios verticais de alto padrão e transições de centralidade comercial, o CREAS Leste responde por uma dinâmica marcadamente periférica, caracterizada por processos históricos de expansão horizontalizada, eixos de produção industrial e expressivos bolsões de vulnerabilidade social que se estendem até o limite periurbano do município. Como equipamento estatal da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o CREAS Leste desempenha o papel essencial de gerir e executar serviços especializados a indivíduos e famílias cujos direitos foram violados por situações de negligência severa, violência física ou psicológica, abuso sexual e exploração do trabalho infantil, além do acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei.

A análise empírica dos dados de zoneamento territorial do município de Goiânia revela a exata escala operacional dessa unidade. No mapeamento administrativo de contatos e endereços da gestão municipal, o CREAS Leste é apontado como a referência direta para o atendimento de 95 bairros específicos. Contudo, sob a ótica da articulação de rede com a proteção social básica que abrange a retaguarda direta e o fluxo de contrarreferência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Núcleos de Assistência Social (NAS), a área de influência e abrangência técnica da unidade Leste consolida-se em um total de 103 bairros únicos. Esta malha territorial estruturada é organicamente vinculada à rede local de proteção básica da região, compreendendo o suporte direto aos territórios referenciados pelos CRAS

Recanto das Minas Gerais (responsável por 40 bairros), CRAS Redenção (32 bairros) e CRAS Novo Mundo (29 bairros), os quais atuam de maneira integrada aos NAS Aroeiras, NAS Parque Atheneu e NAS Aruanã, respectivamente.

Sob a lente analítica da sociologia urbana e do Serviço Social, a espacialização da Região Leste evidencia as marcas da desigualdade estrutural que desenham a periferia da capital. Conforme conceitua Sposati (2009, p. 74), o território constitui o espaço das relações vivas onde a exclusão social se materializa de forma cumulativa, exigindo que a vigilância socioassistencial decodifique as necessidades específicas de cada comunidade. No CREAS Leste, a equipe multiprofissional defronta-se com um cenário onde as violações de direitos ocorrem de maneira transversalizada por vulnerabilidades socioeconômicas agudas. Se por um lado a unidade abrange áreas de transição residencial de médio e alto padrão, como o Alphaville Flamboyant Residencial Araguaia e o Condomínio Privê dos Girassóis, por outro, a imensa maioria do território de atuação concentra bairros populares densamente povoados e áreas de ocupação histórica recente. Destacam-se nesse contexto o Bairro Jardim Novo Mundo, o Conjunto Riviera, o Bairro Água Branca, o Conjunto Residencial Aruanã, o Conjunto Fabiana e o Bairro Chácara do Governador, além de regiões marcadas por vazios urbanos e características rurais, como a Colônia Santa Marta.

Nesses territórios de alta vulnerabilidade, as demandas acolhidas pela unidade assumem contornos específicos. Diferente das áreas centrais, onde as violências domésticas frequentemente tendem à invisibilização intramuros, na Região Leste as violações de direitos de crianças, adolescentes e idosos manifestam-se de forma explícita, associadas a carências severas de infraestrutura urbana, escassez de equipamentos de lazer e forte pressão decorrente de dinâmicas criminais locais. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) assume a centralidade metodológica das intervenções na unidade. Conforme teoriza Yazbek (2012, p. 118), o trabalho psicossocial desenvolvido na média complexidade atua justamente na reparação dos danos subjetivos decorrentes da violência, exigindo que a equipe não se restrinja ao papel de fiscalizadora ou relatora de conflitos para o Poder Judiciário. A ação profissional do assistente social e do psicólogo visa reconstruir a autonomia e as competências protetivas das famílias em seus próprios contextos comunitários, contrapondo-se ao estigma territorial que comumente marginaliza essas populações.

Além das ações do PAEFI, o CREAS Leste atua fortemente no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, sob as modalidades de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Devido ao perfil demográfico da região, esta atribuição demanda um esforço rigoroso de articulação intersetorial para a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA). Faleiros (2013, p. 45) aponta que a intervenção com jovens em conflito com a lei deve desvendar as teias de opressão estruturais e de exclusão que historicamente antecedem a prática do ato infracional. Assim, o CREAS Leste atua na mediação para que esses jovens acessem efetivamente a rede escolar pública regional, programas de inserção no mercado de trabalho por meio da aprendizagem profissional e serviços de saúde mental e convivência, evitando a mera reprodução de práticas punitivas e tutelares.

A retaguarda operacional para a execução desse complexo escopo de trabalho na Região Leste é viabilizada por canais institucionais dedicados, com destaque para o atendimento centralizado pelo contato telefônico 1770. A eficácia da unidade depende fundamentalmente de sua capacidade de mobilizar e alimentar a rede intersetorial local, estabelecendo fluxos de trabalho céleres com os Conselhos Tutelares que cobrem a Região Leste, as delegacias de proteção à criança e ao idoso, as unidades de saúde da família e as escolas municipais e estaduais. Em suma, a caracterização do CREAS Leste revela uma unidade cuja práxis é indissociável da leitura crítica de sua geografia periférica, traduzindo o desafio de cobrir até 103 bairros em uma atuação comprometida com a emancipação social, com o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários e com a efetiva garantia de direitos constitucionais no território goianiense.

4.1.6 Caracterização do CREAS Norte

A identidade socioassistencial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Norte demarca uma realidade profundamente distinta daquela observada nas unidades Centro-Sul e Leste de Goiânia. Enquanto o CREAS Centro-Sul lida com a alta densidade vertical urbana somada a condomínios fechados horizontais, e o CREAS Leste caracteriza-se por um desenho periférico-industrial consolidado, o CREAS Norte responde por um território marcado por uma acentuada fragmentação espacial. Trata-se de uma região caracterizada pela expansão urbana ligada a eixos acadêmicos e logísticos, forte incidência de chácaras de recreio,

assentamentos informais consolidados e uma das maiores áreas de sobreposição de limites rurais da capital. Como unidade pública estatal de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o CREAS Norte desempenha a atribuição de gerir e prestar serviços especializados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade decorrente de violações de direitos (como violência intrafamiliar, negligência, exploração do trabalho infantil e violência contra minorias), além da execução de medidas socioeducativas em meio aberto.

A mensuração empírica dos dados institucionais do município de Goiânia revela a vasta dimensão demográfica e territorial que fica sob a responsabilidade desta unidade. No mapeamento direto de contatos e endereços administrativos do município, o CREAS Norte é referenciado como responsável pelo atendimento de 134 bairros únicos. No entanto, sob a lógica integrada de contrarreferência e articulação de rede com a proteção social básica, a área de abrangência do CREAS Norte expande-se significativamente, alcançando 168 bairros únicos. Esta robusta malha de atendimento atua em retaguarda direta aos territórios cobertos por importantes Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com destaque para o CRAS Recanto do Bosque (responsável por 59 bairros na cobertura integrada), CRAS Curitiba (30 bairros), CRAS Recanto das Minas Gerais (23 bairros), CRAS Izaura (21 bairros) e CRAS Capuava (15 bairros). No plano dos Núcleos de Assistência Social (NAS), a unidade alinha-se prioritariamente à cobertura do NAS Finsocial, NAS Guanabara e NAS Esplanada dos Anicuns.

Analisado sob a ótica das formulações críticas da assistência social, este território ilustra de forma fidedigna as dinâmicas de exclusão descritas por Sposati (2009, p. 74), para quem o território não é uma categoria neutra, mas o locus onde as privações se acumulam de maneira desigual. A geografia do CREAS Norte engloba o Bairro Campus Universitário (área de forte influência da Universidade Federal de Goiás), condomínios residenciais fechados, como o Condomínio Alto da Boa Vista, Condomínio Cidade Universitária e Condomínio do Lago, coexistindo lado a lado com uma enorme quantidade de chácaras de recreio e núcleos habitacionais periféricos e semi-rurais tais como Chácaras de Recreio Samambaia, Chácaras de Recreio São Joaquim, Chácaras Maria Dilce, Chácaras Retiro, Bairro Jardim Nova Esperança, Bairro Capuava e Vila Cristina. Essa dispersão horizontalizada e a alta incidência de áreas de chácaras impõem imensas distâncias físicas para a realização de visitas

domiciliares e processos de busca ativa, exigindo da equipe metodologias de intervenção que superem os limites da atuação puramente institucional de gabinete.

Essa dispersão espacial reflete-se diretamente no perfil das violações de direitos atendidas pelo CREAS Norte. A presença de extensas zonas rurais e de recreio, aliada à carência de transportes públicos interbairros contínuos, potencializa situações de isolamento social, negligência crônica contra crianças e idosos e invisibilização de dinâmicas de violência doméstica. Diante disso, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) assume centralidade metodológica. Conforme assinala Yazbek (2012, p. 118), as intervenções em média complexidade devem transpor a barreira da mera constatação da violência, buscando reorganizar os espaços de sociabilidade e as redes de apoio de famílias cujas trajetórias de vida foram marcadas pelo abandono e pela precariedade socioeconômica crônica.

Outro pilar de destaque na atuação do CREAS Norte refere-se ao acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O desafio da equipe multiprofissional consiste em formular Planos Individuais de Atendimento (PIA) eficazes em um território onde a oferta de programas de menor aprendizagem, cursos profissionalizantes e equipamentos públicos de esporte e cultura é geograficamente descentralizada e dispersa. Faleiros (2013, p. 45) adverte que a efetividade socioeducativa pressupõe compreender as dinâmicas de poder e exclusão presentes no cotidiano dos jovens, articulando-os a uma sólida rede de oportunidades reais que rompa com o caráter meramente coercitivo ou disciplinar das medidas em meio aberto.

A sustentação operacional das ações do CREAS Norte assenta-se em sua estrutura administrativa, cujo acesso e plantão social estão vinculados diretamente aos ramais telefônicos 2113 // 2147. Para que a intervenção técnica na média complexidade consiga produzir resultados significativos de proteção social, a atuação desta unidade exige um fluxo contínuo de interlocução e pactuação com a rede intersetorial local, compreendendo os Conselhos Tutelares das regiões Norte e Noroeste de Goiânia, as delegacias especializadas, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as escolas da rede municipal e estadual de ensino. A consolidação do CREAS Norte como polo de garantia de direitos depende, em última análise, de uma leitura territorializada e crítica que consiga decodificar as vulnerabilidades singulares de seus até 168 bairros de abrangência, materializando

os princípios ético-políticos do SUAS no cotidiano das famílias que habitam a região norte de Goiânia.

4.1.7 Caracterização do CREAS Oeste

A identidade socioassistencial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Oeste demarca uma dinâmica territorial singular, com contornos urbanos que se diferenciam estruturalmente das unidades Centro-Sul, Leste e Norte de Goiânia. Enquanto o Centro-Sul concentra verticalização e eixos de alta renda, o Leste responde pela expansão industrial periférica e o Norte destaca-se pela fragmentação semi-rural de chácaras, o CREAS Oeste atua sobre um território caracterizado pelo adensamento demográfico acelerado, forte presença de conjuntos habitacionais populares planejados, ocupações urbanas e consolidação de eixos comerciais populares que se expandem em direção à franja metropolitana oeste (saída para a rodovia GO-060). Na hierarquia do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), esta unidade responde pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, gerindo e prestando serviços especializados a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade extrema decorrente de violações de direitos de diversas naturezas.

A leitura analítica dos instrumentos oficiais de planejamento de Goiânia revela a dimensão de cobertura e as particularidades da rede de apoio do CREAS Oeste. No mapeamento direto de contatos e endereços administrativos da municipalidade, a unidade Oeste aparece como a referência direta para um expressivo conjunto de 223 bairros únicos. Contudo, sob o prisma do fluxo integrado de contrarreferência e articulação de rede com a proteção social básica do território, a área de abrangência consolidada da unidade Leste/Oeste organiza-se em torno de 112 bairros únicos referenciados de forma articulada à rede básica de proteção. Esta malha operacional integrada da Região Oeste atua fornecendo retaguarda especializada às famílias acompanhadas pelos CRAS Vera Cruz (responsável por 54 bairros na abrangência integrada), CRAS Capuava (22 bairros), CRAS Cerrado (14 bairros) e CRAS Canaã (13 bairros), os quais realizam o trabalho continuado em parceria técnica com os NAS Esplanada dos Anicuns e NAS Santo Afonso.

Sob o aporte das teorias sociais críticas que fundamentam o SUAS, este arranjo territorial ilustra os processos de produção das desigualdades urbanas discutidos por Sposati (2009, p. 74), os quais revelam que o território não constitui apenas uma coordenada geográfica, mas o espaço onde a exclusão social se materializa e se reproduz sob a forma de privações cumulativas de direitos. A área sob jurisdição do CREAS Oeste abrange bairros tradicionais e eixos industriais, como o Bairro Aeroviário, Bairro Cidade Jardim e Bairro Capuava, ao mesmo mesmo tempo que engloba extensas e adensadas áreas residenciais populares e condomínios de interesse social, a exemplo do Bairro Goiá, Bairro Carolina Parque, Residencial Serra Azul, Residencial Nunes de Morais, Bairro Jardim Mirabel e Residencial Anicuns. Esta composição confere à região oeste uma alta taxa de adensamento residencial popular, onde as carências no transporte público, na cobertura de serviços de saúde mental e na oferta de vagas de educação infantil ampliam os riscos e as situações de vulnerabilidade social das famílias residentes.

Esse perfil territorial repercute de forma direta no desenho das demandas acolhidas pelo CREAS Oeste. A expressiva concentração demográfica em bairros populares e de transição periférica eleva a incidência de casos encaminhados ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), abrangendo situações de negligência infantojuvenil, violência física doméstica e abuso sexual. Conforme sinaliza Yazbek (2012, p. 118), a intervenção da média complexidade deve atuar diretamente na reconstrução do tecido relacional e das redes de sociabilidade das famílias vulnerabilizadas, transpondo o caráter puramente emergencial para buscar a consolidação da autonomia dos sujeitos e o efetivo fortalecimento de suas capacidades protetivas comunitárias.

Da mesma forma, o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) assume uma relevância ímpar no cotidiano técnico da equipe do CREAS Oeste. Em virtude das pressões impostas pelo tráfico de drogas local e da escassez de ofertas sistemáticas de cultura, esporte e lazer na região, a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) exige dos assistentes sociais, psicólogos e pedagogos um profundo esforço intersetorial. Faleiros (2013, p. 45) reitera que a prática socioeducativa eficaz pressupõe uma atuação que decodifique e confronte as estruturas de exclusão e opressão social, assegurando que o adolescente em cumprimento de medida seja efetivamente reinserido na escola

regular, em cursos de formação profissionalizantes de menor aprendizagem e receba o suporte terapêutico necessário na rede municipal de saúde.

A base física e operacional do CREAS Oeste, estruturada para acolher as famílias sob critérios de sigilo e acolhimento ético, atua prioritariamente por meio de seu canal de atendimento institucional, que responde ao ramal telefônico 6914. A efetividade das ações técnicas desta unidade depende diretamente da consolidação de fluxos de referência ágeis e constantes com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) conselhos tutelares das regiões Oeste e Cerrado, varas de família, delegacias de proteção e o Ministério Público estadual, bem como com a rede local de saúde e assistência básica. A caracterização do CREAS Oeste consolida a imagem de uma unidade cuja prática profissional está intimamente vinculada ao desafio de compreender a sua complexa dinâmica habitacional e social, convertendo dados de abrangência administrativa em metodologias humanizadas, críticas e comprometidas com a garantia de direitos de sua população referenciada.

4.1.8 Considerações sobre os serviços pesquisados

A caracterização do trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Goiânia/GO exige uma profunda reflexão sobre como as assimetrias e particularidades socioespaciais de cada território de abrangência impactam diretamente a operacionalização do fazer profissional no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Longe de se configurar como uma prática homogênea ou meramente protocolar, o exercício profissional da equipe multiprofissional frente a esse grave e traumático agravo é continuamente tensionado pelas distintas dinâmicas urbanas que desenham a capital goiana. Ao analisar os dados institucionais unificados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SEDHS) de Goiânia, constata-se que os quatro CREAS do município Centro-Sul, Leste, Norte e Oeste operam sob realidades territoriais contrastantes que exigem arranjos metodológicos e estratégias de busca ativa diferenciadas. A unidade Centro-Sul, por exemplo, responde por uma abrangência que abarca 86 bairros em sua listagem de atendimento direto (e 221 bairros sob o prisma do fluxo integrado de

contrarreferência com a proteção básica), caracterizando-se por eixos de alta renda e condomínios horizontais de alto padrão, como os condomínios Jardins Milão e Jardins Munique. Nesse cenário socioespacial específico, os assistentes sociais enfrentam a severa barreira da invisibilidade intramuros, uma vez que o isolamento residencial e os sistemas de segurança privada blindam o espaço doméstico e silenciam situações de violência sexual intrafamiliar, exigindo do profissional um intenso trabalho de articulação intersetorial com escolas particulares e com a rede de saúde suplementar para fazer fluir as notificações de violações de direitos.

Em contrapartida a essa realidade, o CREAS Leste responde por uma dinâmica marcadamente periférica e de expansão horizontalizada, cobrindo 95 bairros na listagem operacional direta (e 103 bairros na rede de retaguarda integrada aos territórios de vulnerabilidade social do CRAS Recanto das Minas Gerais, CRAS Redenção e CRAS Novo Mundo). Na Região Leste, com bairros populosos como o Jardim Novo Mundo e o Conjunto Riviera, o trabalho de enfrentamento à violência sexual se depara com a sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas agudas, desemprego e violência urbana, o que demanda dos profissionais uma intervenção que integre o acolhimento terapêutico do trauma à garantia de condições mínimas de subsistência para a preservação das capacidades protetivas da família. Por sua vez, o CREAS Norte abrange um território fragmentado e disperso de 134 bairros diretamente assistidos (estendendo-se a 168 bairros na rede unificada aos territórios do CRAS Recanto do Bosque, Curitiba, Izaura e Capuava), composto por eixos universitários, bairros consolidados e uma vasta área de chácaras de recreio e núcleos habitacionais periféricos como o Jardim Nova Esperança e o Capuava. Essa acentuada dispersão horizontal impõe imensos desafios de acessibilidade geográfica e deslocamento para as visitas domiciliares, exigindo da equipe multiprofissional o desenvolvimento de itinerários descentralizados para viabilizar o acompanhamento sistemático de famílias geograficamente isoladas. Completa esse panorama o CREAS Oeste, responsável por coordenar a Proteção Especial de Média Complexidade em uma região de densa ocupação habitacional popular e rápido crescimento demográfico, abrangendo de 112 bairros integrados (vinculados ao suporte do CRAS Vera Cruz e CRAS Capuava) a 223 bairros mapeados em suas frentes de contato direto. No CREAS Oeste, a forte pressão populacional e a escassez de recursos comunitários e de lazer na região geram um volume massivo de encaminhamentos pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD), exigindo da equipe técnica um rigoroso

processo de acolhimento sob o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) para gerenciar a sobrecarga de demandas sem descaracterizar a especificidade da escuta qualificada.

Diante dessas particularidades espaciais de Goiânia, o fazer interdisciplinar do assistente social no âmbito dessas quatro unidades deve pautar-se pela superação do caráter puramente burocrático e judicializante que frequentemente assombra as políticas públicas. Conforme salienta Sposati (2009, p. 74), o território é o locus vivo onde as relações sociais de exclusão se materializam, demandando que a vigilância socioassistencial compreenda a vulnerabilidade para além de dados estatísticos cartoriais. No enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, a atuação interdisciplinar com a psicologia e a pedagogia não se restringe à elaboração de relatórios descritivos para subsidiar decisões do Poder Judiciário. Ao contrário, o núcleo do trabalho interdisciplinar reside em acolher o sofrimento ético-político e subjetivo das vítimas, decodificando as assimetrias de poder e gênero que sustentam o abuso no ambiente familiar para, em seguida, traçar estratégias de empoderamento e emancipação social, conforme defendido por Faleiros (2013, p. 45). Yazbek (2012, p. 118) adverte que intervir na média complexidade do SUAS significa situar-se em uma sensível linha divisória entre a subsistência básica e a desumanização subjetiva decorrente da violência. Dessa maneira, a articulação de redes de suporte, a facilitação do acesso escolar e a reinserção do adolescente em espaços comunitários saudáveis constituem pilares metodológicos imprescindíveis para desatar os nós de silenciamento que perpetuam a exploração e o abuso.

A eficácia desse fazer interdisciplinar no município de Goiânia é intrinsecamente dependente de canais de comunicação ágeis e de fluxos intersetoriais consolidados. A operacionalidade técnica das unidades, que respondem administrativamente a canais telefônicos dedicados como os ramais (62) 3524-4605 / 4607 no Centro-Sul, o contato 1770 no Leste, 2113 // 2147 no Norte e 6914 no Oeste, atua como suporte logístico primário para o recebimento de encaminhamentos e realização de plantões sociais. Para que o projeto de intervenção de fato se materialize na garantia de direitos inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas diretrizes operacionais do SUAS (PNAS, 2004; NOB/SUAS, 2012), os assistentes sociais de Goiânia devem estruturar uma firme interlocução cotidiana com os Conselhos Tutelares que cobrem cada regional, com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com o Ministério Público de Goiás e com as varas

especializadas da infância e juventude. Somente por meio da consolidação de uma prática profissional crítica, dotada de autonomia teórica, ética e metodológica, e respaldada por uma rede intersetorial coesa de proteção à saúde mental e educação básica, será possível converter os desafios geográficos de Goiânia em ferramentas de efetiva justiça social e proteção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no território goianiense.

4.2 A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das mais graves expressões da questão social na sociedade contemporânea, manifestando-se em um contexto marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais, culturais e de gênero, que produzem e reproduzem diferentes formas de violação de direitos. No âmbito do Serviço Social, a compreensão desse fenômeno ultrapassa a perspectiva individualizante, exigindo sua análise a partir da totalidade social e das múltiplas determinações que permeiam as relações entre Estado, sociedade e família. Conforme destaca Iamamoto (2009), as expressões da questão social constituem o objeto de intervenção do assistente social, demandando uma atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos sociais, a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento das políticas públicas. Sob essa perspectiva, o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes não pode restringir-se ao atendimento imediato das situações de violação, mas requer estratégias articuladas entre diferentes políticas públicas, instituições e profissionais que integram o Sistema de Garantia de Direitos.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante na pesquisa desenvolvida durante o estágio pós-doutoral, cujo foco recai sobre o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) do município de Goiânia, Goiás, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O estudo parte do entendimento de que a atuação profissional desenvolvida nessas unidades especializadas representa uma dimensão fundamental da política de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma vez que os CREAS são responsáveis pela oferta do Serviço de Proteção e

Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), destinado ao acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, conforme estabelecido pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

No município de Goiânia, a organização da Proteção Social Especial contempla quatro unidades de CREAS — CREAS Centro-Sul, CREAS Leste, CREAS Norte e CREAS Oeste — que desempenham papel estratégico no atendimento especializado às crianças, aos adolescentes e às suas famílias em situações de violência sexual e outras formas de violação de direitos. Essas unidades constituem espaços privilegiados de articulação entre a política de assistência social e as demais políticas públicas, desenvolvendo ações que envolvem acolhida, escuta qualificada, estudo social, acompanhamento familiar, construção de planos de intervenção, articulação da rede socioassistencial e encaminhamentos intersetoriais. Nesse contexto, o trabalho do assistente social extrapola procedimentos técnico-operativos, exigindo capacidade analítica para compreender as determinações sociais da violência e construir respostas profissionais fundamentadas nos princípios éticos e políticos da profissão.

Ao discutir a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra (2014) ressalta que a intervenção profissional não pode ser compreendida apenas como aplicação de técnicas, mas como mediação crítica entre conhecimento, projeto profissional e realidade social. Essa perspectiva revela-se essencial para compreender a atuação dos assistentes sociais nos CREAS investigados, uma vez que o enfrentamento da violência sexual demanda permanente articulação entre competência técnico-operativa, fundamentação teórico-metodológica e compromisso ético-político. O cotidiano profissional evidencia que a intervenção não se limita ao atendimento individualizado da vítima, mas envolve o acompanhamento familiar, a mobilização da rede de proteção, a produção de estudos e relatórios sociais, a participação em reuniões interinstitucionais e a construção de estratégias capazes de interromper o ciclo de violência e fortalecer a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conforme Martinelli (2011), o trabalho do assistente social caracteriza-se pela dimensão investigativa da realidade social, permitindo que a intervenção profissional seja construída a partir da compreensão das necessidades concretas dos sujeitos e das determinações históricas que produzem as situações de vulnerabilidade. Essa

perspectiva dialoga diretamente com os resultados desta pesquisa, uma vez que a análise das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais dos quatro CREAS de Goiânia evidencia que o atendimento às situações de violência sexual exige investigação social qualificada, análise crítica das relações familiares, identificação dos fatores de risco e proteção e articulação permanente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, tais como Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacias Especializadas, serviços de saúde e instituições educacionais.

4. 3. TRABALHO INTERDISCIPLINAR NOS CREAS

O trabalho interdisciplinar nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) constitui uma dimensão fundamental para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, conforme evidenciado pela pesquisa desenvolvida no estágio de pós-doutorado. O relatório parte da compreensão de que "a complexidade dessa demanda exige a atuação integrada entre assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais da saúde, operadores do direito, conselheiros tutelares e demais integrantes da rede de proteção" (Discussão, p. 216). Essa constatação reafirma que a violência sexual, como expressão da questão social, não pode ser enfrentada por uma única área profissional, demandando a convergência de saberes e competências distintas.

A fundamentação teórica do relatório inscreve-se na perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético, orientando a análise do trabalho interdisciplinar a partir da totalidade social. Conforme Iamamoto (2015), "as expressões da questão social constituem o objeto de intervenção do assistente social, demandando uma atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos sociais, a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento das políticas públicas" (Seção 4.2). Sob essa ótica, o trabalho interdisciplinar não se reduz à soma de tarefas profissionais justapostas, mas configura-se como mediação crítica entre conhecimentos distintos, voltada à construção de respostas articuladas diante das múltiplas determinações que envolvem a violência sexual.

No âmbito dos quatro CREAS de Goiânia — Centro-Sul, Leste, Norte e Oeste —, o relatório evidencia que o trabalho interdisciplinar se materializa por meio do

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), cuja finalidade é "oferecer apoio, orientação e acompanhamento especializado às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, buscando fortalecer sua função protetiva, prevenir agravamentos das situações vivenciadas e promover o acesso aos demais serviços e políticas públicas" (Seção 4.1.3, com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, BRASIL, 2009). O PAEFI, portanto, constitui o lócus institucional onde a interdisciplinaridade se efetiva, congregando ações de acolhida, escuta qualificada, estudo social, acompanhamento familiar, construção de planos de intervenção e articulação da rede socioassistencial.

O relatório enfatiza que o núcleo do trabalho interdisciplinar reside em "acolher o sofrimento ético-político e subjetivo das vítimas, decodificando as assimetrias de poder e gênero que sustentam o abuso no ambiente familiar para, em seguida, traçar estratégias de empoderamento e emancipação social, conforme defendido por Faleiros (2013, p. 45)" (Seção 4.1.8). Essa afirmação é central para compreender que a interdisciplinaridade nos CREAS transcende a mera divisão técnica do trabalho: ela implica a construção compartilhada de sentidos e estratégias, nas quais cada profissional contribui com seu saber específico para a compreensão integral do fenômeno da violência sexual.

Guerra (2014), citado no relatório, ressalta que "a intervenção profissional não pode ser compreendida apenas como aplicação de técnicas, mas como mediação crítica entre conhecimento, projeto profissional e realidade social" (Seção 4.2). Essa perspectiva é essencial para situar o trabalho interdisciplinar nos CREAS: a articulação entre assistentes sociais, psicólogos e pedagogos não se restringe à elaboração de relatórios descritivos para subsidiar decisões do Poder Judiciário. Ao contrário, conforme o relatório assinala, a atuação interdisciplinar com a psicologia e a pedagogia deve orientar-se pela "superação do caráter puramente burocrático e judicializante que frequentemente assombra as políticas públicas" (Seção 4.1.8).

Yazbek (2012, p. 118), referenciada no estudo, adverte que "intervir na média complexidade do SUAS significa situar-se em uma sensível linha divisória entre a subsistência básica e a desumanização subjetiva decorrente da violência" (Seção 4.1.8). Essa advertência sublinha a responsabilidade ética e política que perpassa o trabalho interdisciplinar, exigindo que os profissionais dos CREAS operem na fronteira entre o atendimento imediato das necessidades materiais e o acolhimento do sofrimento psíquico das vítimas de violência sexual.

A construção coletiva do conhecimento, mediada pelas discussões no Grupo de Estudos GEDUCAS, também contribuiu significativamente para a reflexão sobre a interdisciplinaridade. O relatório registra que "as reuniões do grupo favoreceram a socialização de pesquisas em andamento, a leitura crítica de obras científicas, a construção coletiva de conhecimento e a formação continuada dos pesquisadores participantes" (Seção Resultados, p. 85). O GEDUCAS consolidou-se como "ambiente permanente de produção científica, reflexão crítica e cooperação acadêmica", espaço onde a reflexão interdisciplinar sobre Serviço Social, educação, direitos humanos, infância e adolescência pôde ser aprofundada.

No cotidiano dos CREAS, o trabalho interdisciplinar se expressa na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), que, conforme o relatório, "exige dos assistentes sociais, psicólogos e pedagogos um profundo esforço intersetorial" (Seção 4.1.7, sobre o CREAS Oeste). O PIA constitui instrumento metodológico que integra as contribuições de cada profissional, articulando o acompanhamento socioeconômico realizado pelo assistente social, o suporte terapêutico ofertado pelo psicólogo e as estratégias de reinserção escolar e comunitária conduzidas pelo pedagogo.

Martinelli (2011), referenciada na pesquisa, afirma que "o trabalho do assistente social caracteriza-se pela dimensão investigativa da realidade social, permitindo que a intervenção profissional seja construída a partir da compreensão das necessidades concretas dos sujeitos e das determinações históricas que produzem as situações de vulnerabilidade" (Seção 4.2). Essa dimensão investigativa é intrínseca ao trabalho interdisciplinar, uma vez que o assistente social, ao realizar o estudo social, fornece elementos analíticos fundamentais para que a equipe multiprofissional possa compreender o contexto familiar, as condições socioeconômicas e as relações de poder que permeiam a situação de violência sexual.

A discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, conforme abordada por Guerra (2014), evidencia que o trabalho interdisciplinar nos CREAS demanda permanente articulação entre "competência técnico-operativa, fundamentação teórico-metodológica e compromisso ético-político" (Seção 4.2). Essa tríplice dimensão orienta a atuação do assistente social na equipe interdisciplinar, exigindo que o profissional não apenas execute procedimentos técnicos, mas produza análises críticas capazes de fundamentar as decisões compartilhadas pela equipe.

No CREAS Centro-Sul, por exemplo, a interdisciplinaridade assume contornos específicos diante da "severa barreira da invisibilidade intramuros", posto que "o isolamento residencial e os sistemas de segurança privada blindam o espaço doméstico e silenciam situações de violência sexual intrafamiliar, exigindo do profissional um intenso trabalho de articulação intersetorial com escolas particulares e com a rede de saúde suplementar para fazer fluir as notificações de violações de direitos" (Seção 4.1.8). Nesse território, a equipe interdisciplinar precisa desenvolver estratégias criativas para superar as barreiras que dificultam a detecção e o enfrentamento da violência sexual.

No CREAS Leste, a interdisciplinaridade é desafiada pela "sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas agudas, desemprego e violência urbana", o que demanda dos profissionais "uma intervenção que integre o acolhimento terapêutico do trauma à garantia de condições mínimas de subsistência para a preservação das capacidades protetivas da família" (Seção 4.1.8). Nesse contexto, o trabalho interdisciplinar precisa articular o atendimento psicológico ao acompanhamento social, reconhecendo que as condições materiais de existência impactam diretamente a capacidade protetiva da família.

No CREAS Norte, a "acentuada dispersão horizontal impõe imensos desafios de acessibilidade geográfica e deslocamento para as visitas domiciliares, exigindo da equipe multiprofissional o desenvolvimento de itinerários descentralizados para viabilizar o acompanhamento sistemático de famílias geograficamente isoladas" (Seção 4.1.8). A interdisciplinaridade, nesse território, requer adaptações logísticas e metodológicas que possibilitem a presença qualificada da equipe nos espaços onde as famílias vivem.

No CREAS Oeste, a "forte pressão populacional e a escassez de recursos comunitários e de lazer na região geram um volume massivo de encaminhamentos pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD), exigindo da equipe técnica um rigoroso processo de acolhimento sob o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) para gerenciar a sobrecarga de demandas sem descaracterizar a especificidade da escuta qualificada" (Seção 4.1.8). A interdisciplinaridade, nesse cenário de alta demanda, precisa ser garantida mesmo sob condições de sobrecarga, preservando a especificidade de cada saber profissional.

O relatório reafirma, na Discussão, que "a construção de respostas efetivas depende da articulação entre diferentes saberes, respeitando as competências profissionais e fortalecendo o trabalho em equipe" (p. 216). Essa afirmação sintetiza o princípio orientador do trabalho interdisciplinar nos CREAS: a articulação não implica dissolução das identidades profissionais, mas a construção de complementaridades que potencializem a qualidade do atendimento.

Faleiros e Faleiros (2008), referenciados no relatório, destacam que "a violência sexual representa uma grave violação dos direitos humanos, caracterizada por relações desiguais de poder, dominação e exploração, produzindo impactos significativos no desenvolvimento integral das vítimas" (Seção 4.1.3). Compreender a violência sexual sob essa perspectiva exige dos profissionais interdisciplinares uma análise que ultrapasse a dimensão individual, reconhecendo as estruturas sociais que sustentam a dominação e a exploração.

Sposati (2009, p. 74), citada no relatório, salienta que "o território é o locus vivo onde as relações sociais de exclusão se materializam, demandando que a vigilância socioassistencial compreenda a vulnerabilidade para além de dados estatísticos cartoriais" (Seção 4.1.8). Essa compreensão territorial da vulnerabilidade é fundamental para o trabalho interdisciplinar, uma vez que os profissionais dos CREAS precisam decodificar as dinâmicas específicas de cada território para construir intervenções adequadas.

A perspectiva do materialismo histórico-dialético, que fundamenta a pesquisa, orienta a compreensão de que "a realidade social é dinâmica, contraditória e historicamente construída" (Seção Materiais e Métodos). Essa perspectiva metodológica permite ao trabalho interdisciplinar analisar o fenômeno da violência sexual infantil "em sua totalidade, considerando seus determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais" (idem), evitando reducionismos que fragmentem a compreensão do fenômeno.

O relatório evidencia que "a articulação de redes de suporte, a facilitação do acesso escolar e a reinserção do adolescente em espaços comunitários saudáveis constituem pilares metodológicos imprescindíveis para desatar os nós de silenciamento que perpetuam a exploração e o abuso" (Seção 4.1.8). Esses pilares metodológicos, por sua natureza, só podem ser efetivados por meio do trabalho interdisciplinar, que integra o acompanhamento social, psicológico e pedagógico para garantir a proteção integral da criança e do adolescente.

Conforme Faleiros (2013, p. 45), referenciado no estudo, "a prática socioeducativa eficaz pressupõe uma atuação que decodifique e confronte as estruturas de exclusão e opressão social, assegurando que o adolescente em cumprimento de medida seja efetivamente reinserido na escola regular, em cursos de formação profissionalizantes de menor aprendizagem e receba o suporte terapêutico necessário na rede municipal de saúde" (Seção 4.1.7). Essa afirmação evidencia a amplitude da ação interdisciplinar, que deve articular dimensões educacionais, terapêuticas e socioeconômicas no acompanhamento dos adolescentes.

A pesquisa também demonstra que o trabalho interdisciplinar nos CREAS de Goiânia necessita considerar a diversidade territorial existente no município, pois "as formas de manifestação da violência, as estratégias de proteção familiar, o acesso às políticas públicas e a própria capacidade institucional de resposta variam conforme as condições objetivas presentes em cada território" (Seção 4.1.1). Essa variação territorial implica que a interdisciplinaridade não pode ser exercida de forma padronizada, exigindo adaptações e criatividade metodológicas.

Por fim, o relatório reafirma, em suas Considerações Finais, que o estudo sobre o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS possibilitou "aprofundar discussões teóricas e metodológicas fundamentais para compreender a complexidade do fenômeno investigado, considerando suas determinações históricas, sociais, econômicas e políticas" (Seção Comentários do Supervisor). Essa síntese evidencia que a interdisciplinaridade nos CREAS constitui não apenas uma exigência operacional, mas uma condição epistemológica para a produção de conhecimentos e práticas comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

4.4 ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO

A articulação com a rede de proteção constitui elemento estruturante do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo condição indispensável para a efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. O relatório científico circunstanciado evidencia, de forma recorrente, que o enfrentamento da violência sexual não pode ser empreendido de forma isolada por uma única unidade ou profissional, exigindo a mobilização coordenada do Sistema de

Garantia de Direitos (SGD) e a articulação intersetorial entre distintas políticas públicas.

Conforme o relatório destaca, "a realidade investigada demonstra que o enfrentamento da violência sexual infantil exige muito mais do que intervenções pontuais. Trata-se de uma expressão da questão social que demanda ações intersetoriais, planejamento institucional, compromisso ético e articulação permanente entre os diferentes órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos" (Discussão, p. 214). Essa constatação reafirma que a articulação da rede de proteção não é acessória ao trabalho dos CREAS, mas constitui sua própria condição de efetividade.

No município de Goiânia, a eficácia do trabalho interdisciplinar é "intrinsecamente dependente de canais de comunicação ágeis e de fluxos intersetoriais consolidados" (Seção 4.1.8). O relatório detalha a infraestrutura de comunicação de cada unidade: os ramais (62) 3524-4605/4607 no CREAS Centro-Sul, o contato 1770 no CREAS Leste, os ramais 2113/2147 no CREAS Norte e o ramal 6914 no CREAS Oeste, que funcionam como "suporte logístico primário para o recebimento de encaminhamentos e realização de plantões sociais" (Seção 4.1.8). Esses canais revelam a importância da comunicação institucionalizada para a articulação da rede.

O relatório é enfático ao afirmar que "os assistentes sociais de Goiânia devem estruturar uma firme interlocução cotidiana com os Conselhos Tutelares que cobrem cada regional, com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com o Ministério Público de Goiás e com as varas especializadas da infância e juventude" (Seção 4.1.8). Esses órgãos compõem a estrutura do SGD e sua articulação com os CREAS é fundamental para garantir que as situações de violência sexual sejam devidamente notificadas, investigadas, acompanhadas e julgadas, assegurando a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A articulação com os Conselhos Tutelares assume relevância estratégica, uma vez que são os órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, recebendo denúncias e encaminhando-as aos serviços competentes. O relatório evidencia que a análise das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais dos quatro CREAS de Goiânia demonstra que o atendimento às situações de violência sexual exige "articulação permanente com os demais órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, tais como Conselho Tutelar,

Ministério Público, Poder Judiciário, Delegacias Especializadas, serviços de saúde e instituições educacionais" (Seção 4.2, com base em Martinelli, 2011).

A articulação intersetorial também se expressa na relação entre os CREAS e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que compõem a Proteção Social Básica. O relatório detalha que cada CREAS mantém fluxos de referência e contrarreferência com os CRAS de sua região de abrangência. Por exemplo, o CREAS Centro-Sul mantém articulação com os CRAS Bueno, Fama e Ferreira, além dos Núcleos de Atenção Socioassistencial (NAS) Setor Bueno, NAS Bela Vista e NAS Jardim Goiás. O CREAS Leste articula-se com os CRAS Recanto das Minas Gerais, CRAS Redenção e CRAS Novo Mundo. O CREAS Norte articula-se com os CRAS Recanto do Bosque, Curitiba, Izaura e Capuava. O CREAS Oeste articula-se com os CRAS Vera Cruz, Capuava, Cerrado e Canaã (Seções 4.1.4 a 4.1.7).

Essa articulação vertical entre proteção básica e especial é fundamental para garantir a continuidade do acompanhamento familiar e a construção de estratégias integradas de proteção social. Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), referenciada no relatório, "o trabalho desenvolvido pelo PAEFI ultrapassa a realização de atendimentos pontuais, pois envolve acompanhamento continuado, construção de estratégias de intervenção, articulação da rede de proteção e atuação interdisciplinar" (Seção 4.1.3). Essa perspectiva reconhece que as situações de violência possuem múltiplas determinações e não podem ser enfrentadas exclusivamente a partir de uma única área profissional ou política pública.

Sposati (2009, p. 74), citada no relatório, salienta que "o território é o locus vivo onde as relações sociais de exclusão se materializam, demandando que a vigilância socioassistencial compreenda a vulnerabilidade para além de dados estatísticos cartoriais" (Seção 4.1.8). Essa compreensão implica que a articulação da rede de proteção deve considerar as especificidades territoriais, reconhecendo que as dinâmicas de exclusão social variam conforme o contexto de cada região, exigindo respostas diferenciadas.

No CREAS Centro-Sul, a articulação com a rede de proteção assume contornos específicos diante da realidade de condomínios horizontais de alto padrão, onde "os assistentes sociais enfrentam a severa barreira da invisibilidade intramuros, uma vez que o isolamento residencial e os sistemas de segurança privada blindam o espaço doméstico e silenciam situações de violência sexual intrafamiliar, exigindo do

profissional um intenso trabalho de articulação intersetorial com escolas particulares e com a rede de saúde suplementar para fazer fluir as notificações de violações de direitos" (Seção 4.1.8). Nesse contexto, a rede de proteção precisa incluir atores do setor privado, como escolas particulares e operadoras de saúde suplementar, ampliando os canais de detecção da violência.

No CREAS Leste, a articulação precisa considerar a "sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas agudas, desemprego e violência urbana" (Seção 4.1.8), o que demanda a integração com políticas de trabalho e renda, segurança pública e habitação, além dos serviços de assistência social e saúde. No CREAS Norte, os desafios de acessibilidade geográfica exigem articulação com políticas de transporte e mobilidade urbana. No CREAS Oeste, a "forte pressão populacional e a escassez de recursos comunitários" demandam articulação com políticas de infraestrutura urbana, educação e lazer (Seção 4.1.8).

Yazbek (2012, p. 118), referenciada no estudo, adverte que "intervir na média complexidade do SUAS significa situar-se em uma sensível linha divisória entre a subsistência básica e a desumanização subjetiva decorrente da violência" (Seção 4.1.8). Essa advertência sublinha a importância de articular a rede de proteção de modo a contemplar tanto as necessidades materiais de subsistência das famílias quanto o suporte psicossocial necessário para a recuperação das vítimas.

O relatório também destaca a articulação com a rede de saúde, especialmente com os serviços de saúde mental, que são fundamentais para o atendimento terapêutico das vítimas de violência sexual. Conforme Faleiros (2013, p. 45), a reinserção do adolescente depende de que ele "receba o suporte terapêutico necessário na rede municipal de saúde" (Seção 4.1.7). A articulação CREAS-saúde constitui, portanto, eixo indispensável para a integralidade do atendimento.

A articulação com o sistema de justiça também é enfatizada. O relatório indica que os assistentes sociais devem estruturar "firme interlocução cotidiana" com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com o Ministério Público de Goiás e com as varas especializadas da infância e juventude (Seção 4.1.8). Essa articulação é essencial para garantir que as medidas protetivas sejam efetivadas e que os responsáveis pelas violações sejam responsabilizados.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e a NOB/SUAS (2012), referenciadas no relatório, a articulação da rede de proteção deve orientar-se pelas diretrizes operacionais do SUAS, que estabelecem a

intersetorialidade como princípio norteador da política de assistência social. O relatório reafirma que "somente por meio da consolidação de uma prática profissional crítica, dotada de autonomia teórica, ética e metodológica, e respaldada por uma rede intersetorial coesa de proteção à saúde mental e educação básica, será possível converter os desafios geográficos de Goiânia em ferramentas de efetiva justiça social e proteção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no território goianiense" (Seção 4.1.8).

A articulação com instituições educacionais constitui outro eixo relevante, especialmente para a reinserção escolar de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O relatório enfatiza que "a facilitação do acesso escolar e a reinserção do adolescente em espaços comunitários saudáveis constituem pilares metodológicos imprescindíveis para desatar os nós de silenciamento que perpetuam a exploração e o abuso" (Seção 4.1.8). A escola, nesse contexto, funciona como espaço de proteção e de detecção de situações de violência.

A participação em reuniões interinstitucionais é apontada como instrumento fundamental para a articulação da rede. O relatório registra que a intervenção dos assistentes sociais nos CREAS envolve "participação em reuniões interinstitucionais e a construção de estratégias capazes de interromper o ciclo de violência e fortalecer a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente" (Seção 4.2). Esses espaços de diálogo interinstitucional possibilitam a construção de fluxos compartilhados e a definição de responsabilidades entre os distintos órgãos da rede.

Netto (2001), referenciado no relatório, argumenta que "a questão social deve ser compreendida como resultado das contradições estruturais presentes na sociedade capitalista, não podendo ser reduzida a manifestações particulares desvinculadas de seus fundamentos sociais" (Seção 4.1). Essa perspectiva é fundamental para orientar a articulação da rede de proteção, reconhecendo que as situações de violência sexual são expressões de determinações estruturais que exigem respostas articuladas entre diferentes políticas setoriais.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, referenciado no relatório, estabelece que "a intervenção profissional deve estar orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela ampliação da cidadania e pela eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação" (Seção 4.1.3). Esse compromisso ético-político orienta a articulação da rede de proteção, exigindo que o assistente

social atue como mediador entre a família, o Estado e os serviços públicos, garantindo o acesso efetivo aos direitos.

A produção de estudos e relatórios sociais constitui instrumento técnico importante para a articulação com a rede de proteção, especialmente com o Poder Judiciário e o Ministério Público. O relatório registra que o trabalho do assistente social envolve "a produção de estudos e relatórios sociais" (Seção 4.2), que subsidiam as decisões judiciais e orientam as ações dos demais órgãos do SGD.

Sposati (2013), citada no relatório, destaca que "a territorialização representa uma estratégia de democratização do acesso à proteção social, pois possibilita que os serviços sejam planejados a partir das necessidades concretas da população" (Seção 4.1). Essa compreensão reafirma que a articulação da rede de proteção deve ser territorializada, considerando as especificidades de cada região e aproximando os serviços da realidade vivida pelas famílias.

A pesquisa evidencia, ainda, que a articulação da rede de proteção depende de "condições políticas, econômicas e institucionais capazes de garantir recursos suficientes, equipes qualificadas e compromisso permanente do Estado com a proteção social" (Seção 4.1.2, com base em Sposati, 2013). Sem essas condições, a articulação tende a permanecer no plano formal, sem efetividade na garantia dos direitos.

Em síntese, a articulação com a rede de proteção, conforme evidenciado pelo relatório, constitui desafio permanente e condição indispensável para que os CREAS de Goiânia cumpram sua missão institucional de proteção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O relatório reafirma que "o percurso realizado reafirma o compromisso da pesquisa com os princípios éticos do Serviço Social e com a produção de conhecimento socialmente referenciado, voltado à defesa intransigente dos direitos humanos e ao fortalecimento da cidadania" (Discussão, p. 224).

4. 5. DESAFIOS IDENTIFICADOS NO TRABALHO DOS CREAS

O relatório científico circunstanciado evidencia uma multiplicidade de desafios que atravessam o trabalho desenvolvido pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no município de Goiânia, especialmente no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Esses desafios,

longe de se configurarem como obstáculos meramente operacionais, expressam contradições estruturais da sociedade capitalista e limites institucionais que impactam diretamente a efetivação da proteção integral.

O primeiro grande desafio identificado refere-se à invisibilidade da violência sexual em territórios de alta renda. No CREAS Centro-Sul, que abarca "86 bairros em sua listagem de atendimento direto (e 221 bairros sob o prisma do fluxo integrado de contrarreferência com a proteção básica)", os assistentes sociais enfrentam a "severa barreira da invisibilidade intramuros, uma vez que o isolamento residencial e os sistemas de segurança privada blindam o espaço doméstico e silenciam situações de violência sexual intrafamiliar" (Seção 4.1.8). Esse desafio é agravado pelo fato de que condomínios horizontais de alto padrão, como os Jardins Milão e Jardins Munique, constituem espaços onde a violência permanece oculta, exigindo "intenso trabalho de articulação intersetorial com escolas particulares e com a rede de saúde suplementar para fazer fluir as notificações de violações de direitos" (idem).

O segundo desafio reside na sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas nos territórios periféricos. No CREAS Leste, que cobre "95 bairros na listagem operacional direta (e 103 bairros na rede de retaguarda integrada)", o trabalho de enfrentamento à violência sexual se depara com a "sobreposição de vulnerabilidades socioeconômicas agudas, desemprego e violência urbana" (Seção 4.1.8). Essa sobreposição demanda dos profissionais uma intervenção que integre dimensões múltiplas, combinando o acolhimento terapêutico do trauma à "garantia de condições mínimas de subsistência para a preservação das capacidades protetivas da família" (idem). O desafio, portanto, não é apenas de natureza psicossocial, mas envolve a garantia de condições materiais de existência.

O terceiro desafio concerne à dispersão geográfica e às dificuldades de acessibilidade. No CREAS Norte, que abrange "134 bairros diretamente assistidos (estendendo-se a 168 bairros na rede unificada)", a "acentuada dispersão horizontal impõe imensos desafios de acessibilidade geográfica e deslocamento para as visitas domiciliares, exigindo da equipe multiprofissional o desenvolvimento de itinerários descentralizados para viabilizar o acompanhamento sistemático de famílias geograficamente isoladas" (Seção 4.1.8). O território norte, composto por eixos universitários, bairros consolidados e vasta área de chácaras de recreio e núcleos habitacionais periféricos como o Jardim Nova Esperança e o Capuava, dificulta a presença continuada da equipe técnica.

O quarto desafio refere-se à sobrecarga de demandas e à pressão demográfica. No CREAS Oeste, que coordena a Proteção Especial de Média Complexidade em uma região de "densa ocupação habitacional popular e rápido crescimento demográfico", a "forte pressão populacional e a escassez de recursos comunitários e de lazer na região geram um volume massivo de encaminhamentos pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD), exigindo da equipe técnica um rigoroso processo de acolhimento sob o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) para gerenciar a sobrecarga de demandas sem descaracterizar a especificidade da escuta qualificada" (Seção 4.1.8). O desafio aqui reside em manter a qualidade do atendimento mesmo diante de volumes desproporcionais de demanda.

O quinto desafio identificado é o caráter burocrático e judicializante que frequentemente permeia as políticas públicas. O relatório alerta que o fazer interdisciplinar nos CREAS "deve pautar-se pela superação do caráter puramente burocrático e judicializante que frequentemente assombra as políticas públicas" (Seção 4.1.8). A judicialização excessiva das situações de violência sexual pode reduzir o trabalho dos CREAS à elaboração de relatórios para o Poder Judiciário, descaracterizando a dimensão protetiva, educativa e emancipatória da intervenção profissional.

Sposati (2009, p. 74), referenciada no relatório, contribui para a compreensão desse desafio ao salientar que "o território é o locus vivo onde as relações sociais de exclusão se materializam, demandando que a vigilância socioassistencial compreenda a vulnerabilidade para além de dados estatísticos cartoriais" (Seção 4.1.8). A redução da vulnerabilidade a dados cartoriais constitui expressão da burocratização do trabalho, que obscurece as dimensões subjetivas, relacionais e políticas da proteção social.

O sexto desafio diz respeito à fragilidade dos fluxos intersetoriais. O relatório evidencia que a eficácia do trabalho dos CREAS é "intrinsecamente dependente de canais de comunicação ágeis e de fluxos intersetoriais consolidados" (Seção 4.1.8). A ausência de fluxos articulados entre os CREAS e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos — como Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Ministério Público, varas especializadas da infância e juventude, serviços de saúde e instituições educacionais — compromete a efetividade da proteção integral.

O sétimo desafio refere-se às condições de trabalho e à escassez de recursos. O relatório, ao abordar a organização da Política de Assistência Social, registra que a efetivação do modelo do SUAS depende de "condições políticas, econômicas e institucionais capazes de garantir recursos suficientes, equipes qualificadas e compromisso permanente do Estado com a proteção social" (Seção 4.1.2, com base em Sposati, 2013). A insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros constitui desafio permanente que impacta a qualidade do atendimento nos CREAS de Goiânia.

No CREAS Oeste, especificamente, o relatório registra que as "carências no transporte público, na cobertura de serviços de saúde mental e na oferta de vagas de educação infantil amplificam os riscos e as situações de vulnerabilidade social das famílias residentes" (Seção 4.1.7). Essa escassez de equipamentos públicos na região oeste agrava as condições de vida da população e dificulta o trabalho de proteção desenvolvido pelo CREAS.

O oitavo desafio concerne à influência do tráfico de drogas e à escassez de ofertas sistemáticas de cultura, esporte e lazer. No CREAS Oeste, "em virtude das pressões impostas pelo tráfico de drogas local e da escassez de ofertas sistemáticas de cultura, esporte e lazer na região, a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) exige dos assistentes sociais, psicólogos e pedagogos um profundo esforço intersetorial" (Seção 4.1.7, com base em Faleiros, 2013, p. 45). A ausência de alternativas culturais, esportivas e de lazeira constitui fator de vulnerabilidade que dificulta a reinserção social dos adolescentes.

O nono desafio refere-se ao silenciamento que perpetua a exploração e o abuso. O relatório afirma que "a articulação de redes de suporte, a facilitação do acesso escolar e a reinserção do adolescente em espaços comunitários saudáveis constituem pilares metodológicos imprescindíveis para desatar os nós de silenciamento que perpetuam a exploração e o abuso" (Seção 4.1.8). O silenciamento, produzido por relações de poder assimétricas, medo, vergonha e isolamento social, constitui barreira estrutural que impede a detecção e o enfrentamento da violência sexual.

O décimo desafio diz respeito à fragmentação da rede de proteção. Conforme Iamamoto (2015), referenciada no relatório, "as expressões da questão social constituem o objeto de intervenção do assistente social, demandando uma atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos sociais, a emancipação dos

sujeitos e o fortalecimento das políticas públicas" (Seção 4.2). Contudo, a fragmentação dos serviços e a desarticulação entre as políticas públicas comprometem a integralidade da proteção, exigindo dos profissionais esforço permanente de articulação.

Yazbek (2009), citada no relatório, ressalta que "a construção da Assistência Social como política pública representou um movimento contraditório, pois ocorreu em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e por disputas entre projetos distintos de proteção social" (Seção 4.1.2). Essa contradição estrutural evidencia que os desafios enfrentados pelos CREAS não são meramente operacionais, mas expressam as tensões políticas que atravessam a política de assistência social.

O relatório também registra desafios relacionados à manutenção da especificidade da escuta qualificada diante da sobrecarga de demandas. No CREAS Oeste, por exemplo, o volume massivo de encaminhamentos exige "rigoroso processo de acolhimento sob o PAEFI para gerenciar a sobrecarga de demandas sem descaracterizar a especificidade da escuta qualificada" (Seção 4.1.8). A preservação da escuta qualificada, que constitui condição para a construção de vínculos de confiança com as vítimas, é permanentemente ameaçada pela pressão quantitativa das demandas.

No CREAS Centro-Sul, um desafio adicional reside na necessidade de articular a rede de proteção com atores do setor privado. Conforme o relatório, a detecção da violência sexual intrafamiliar em condomínios de alto padrão exige "intenso trabalho de articulação intersetorial com escolas particulares e com a rede de saúde suplementar" (Seção 4.1.8), o que introduz complexidades adicionais, uma vez que esses atores não estão submetidos às mesmas obrigatoriedades de notificação que os serviços públicos.

O relatório também evidencia que o enfrentamento da violência sexual nos CREAS é desafiado pela necessidade de integrar o acolhimento do sofrimento subjetivo à garantia de condições materiais de existência. Yazbek (2012, p. 118), citada no estudo, adverte que "intervir na média complexidade do SUAS significa situar-se em uma sensível linha divisória entre a subsistência básica e a desumanização subjetiva decorrente da violência" (Seção 4.1.8). Essa linha divisória constitui desafio permanente para os profissionais dos CREAS, que precisam articular dimensões materiais e subjetivas em sua intervenção.

Faleiros e Faleiros (2008), referenciados no relatório, destacam que "compreender a violência sexual exige analisar as relações sociais, econômicas, culturais e políticas que sustentam sua ocorrência, superando interpretações individualizantes ou moralizantes" (Seção 4.1.1). O desafio de superar interpretações individualizantes remete à necessidade de os profissionais construírem análises capazes de articular as dimensões individual e social do fenômeno.

Por fim, o relatório reafirma que os desafios enfrentados pelos CREAS são expressões das contradições próprias da sociedade capitalista. Conforme Netto (2001), referenciado no estudo, "a questão social deve ser compreendida como resultado das contradições estruturais presentes na sociedade capitalista, não podendo ser reduzida a manifestações particulares desvinculadas de seus fundamentos sociais" (Seção 4.1). Essa compreensão indica que os desafios identificados no trabalho dos CREAS não serão superados por meras adequações operacionais, mas exigem transformações estruturais nas condições sociais, econômicas e políticas que produzem a violência sexual contra crianças e adolescentes.

4. 6. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL

As contribuições do Serviço Social para a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual constituem eixo central da pesquisa desenvolvida durante o estágio de pós-doutorado. O relatório científico circunstanciado evidencia, de forma consistente, que a atuação dos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) é fundamental para a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A primeira contribuição destacada pelo relatório refere-se à defesa intransigente dos direitos humanos. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, referenciado no estudo, estabelece que "a intervenção profissional deve estar orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela ampliação da cidadania e pela eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação" (Seção 4.1.3). Essa orientação ético-política constitui a base das contribuições do

Serviço Social, distinguindo a atuação do assistente social de práticas assistencialistas ou meramente burocráticas.

Iamamoto (2009), referenciada no relatório, afirma que "as expressões da questão social constituem o objeto de intervenção do assistente social, demandando uma atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos sociais, a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento das políticas públicas" (Seção 4.2). Essa compreensão orienta a contribuição do Serviço Social para a proteção integral, uma vez que o assistente social atua a partir da análise crítica das determinações sociais que produzem a violência sexual, superando abordagens individualizantes.

A segunda contribuição reside na dimensão investigativa do trabalho profissional. Conforme Martinelli (2011), citada no relatório, "o trabalho do assistente social caracteriza-se pela dimensão investigativa da realidade social, permitindo que a intervenção profissional seja construída a partir da compreensão das necessidades concretas dos sujeitos e das determinações históricas que produzem as situações de vulnerabilidade" (Seção 4.2). Essa dimensão investigativa é crucial para o enfrentamento da violência sexual, pois possibilita a realização de estudos sociais qualificados, a análise crítica das relações familiares, a identificação dos fatores de risco e proteção e a construção de diagnósticos sociais fundamentados.

A terceira contribuição refere-se à articulação entre competência técnico-operativa, fundamentação teórico-metodológica e compromisso ético-político. Guerra (2014), referenciada no relatório, ressalta que "a intervenção profissional não pode ser compreendida apenas como aplicação de técnicas, mas como mediação crítica entre conhecimento, projeto profissional e realidade social" (Seção 4.2). Essa perspectiva evidencia que o Serviço Social contribui para a proteção integral não apenas pela execução de procedimentos técnicos, mas pela produção de análises críticas que fundamentam as estratégias de intervenção.

A quarta contribuição diz respeito à mobilização da rede de proteção. O relatório registra que o trabalho do assistente social envolve "a mobilização da rede de proteção, a produção de estudos e relatórios sociais, a participação em reuniões interinstitucionais e a construção de estratégias capazes de interromper o ciclo de violência e fortalecer a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente" (Seção 4.2). O assistente social atua como articulador da rede de proteção, construindo pontes entre os diferentes órgãos e serviços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

A quinta contribuição reside na capacidade de decodificar as assimetrias de poder e gênero que sustentam o abuso. Conforme Faleiros (2013, p. 45), referenciado no relatório, o núcleo do trabalho interdisciplinar reside em "acolher o sofrimento ético-político e subjetivo das vítimas, decodificando as assimetrias de poder e gênero que sustentam o abuso no ambiente familiar para, em seguida, traçar estratégias de empoderamento e emancipação social" (Seção 4.1.8). Essa capacidade analítica é contribuição específica do Serviço Social, que aporta a compreensão das relações de poder e das determinações sociais da violência.

A sexta contribuição refere-se à construção de estratégias de empoderamento e emancipação social. O relatório evidencia que o trabalho do assistente social nos CREAS não se limita ao atendimento imediato da vítima, mas visa à construção de condições para que os sujeitos se tornem protagonistas de seus processos de proteção e recuperação. Faleiros (2013, p. 45) defende que a prática profissional deve traçar "estratégias de empoderamento e emancipação social" (Seção 4.1.8), contribuindo para a ruptura do ciclo de violência.

A sétima contribuição concerne ao fortalecimento das capacidades protetivas das famílias e comunidades. O relatório destaca que, no CREAS Leste, a intervenção profissional busca "a garantia de condições mínimas de subsistência para a preservação das capacidades protetivas da família" (Seção 4.1.8). No CREAS Oeste, conforme Yazbek (2012, p. 118), "a intervenção da média complexidade deve atuar diretamente na reconstrução do tecido relacional e das redes de sociabilidade das famílias vulnerabilizadas, transpondo o caráter puramente emergencial para buscar a consolidação da autonomia dos sujeitos e o efetivo fortalecimento de suas capacidades protetivas comunitárias" (Seção 4.1.7).

A oitava contribuição refere-se à produção de conhecimentos comprometidos com a transformação da realidade social. O relatório, em suas Considerações Finais, reafirma que "as atividades desenvolvidas reafirmam que a universidade pública desempenha papel estratégico na produção de conhecimentos comprometidos com a transformação da realidade social" (Seção Comentários do Supervisor). Essa contribuição evidencia que o Serviço Social, ao produzir pesquisas sobre a violência sexual e o trabalho nos CREAS, gera saberes que podem subsidiar o aprimoramento das políticas públicas.

A nona contribuição reside na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O relatório evidencia que o estágio de pós-doutorado fortaleceu "a articulação entre

ensino, pesquisa e extensão, princípios indissociáveis da universidade pública brasileira" (Introdução). Essa articulação produz impactos diretos sobre a qualificação profissional dos assistentes sociais que atuam nos CREAS, uma vez que a formação crítica e fundamentada teoricamente é condição para a intervenção profissional comprometida com a proteção integral.

A décima contribuição refere-se à coordenação do Grupo de Estudos GEDUCAS como espaço de formação continuada. O relatório registra que a coordenação das atividades de estudo do GEDUCAS favoreceu "o fortalecimento das discussões interdisciplinares sobre Serviço Social, educação, direitos humanos, infância, adolescência e políticas públicas" (Seção Resultados). Essa contribuição formativa repercute na qualificação da atuação profissional dos assistentes sociais nos CREAS.

A décima primeira contribuição concerne à participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo CNPq. O relatório destaca que essa experiência "possibilitou aprofundar conhecimentos relacionados à escrita científica, organização editorial, revisão bibliográfica, sistematização de conteúdos e produção coletiva do conhecimento" (Seção Resultados). A produção científica constitui contribuição relevante para o avanço do conhecimento sobre o enfrentamento da violência sexual e para a qualificação das políticas públicas.

A décima segunda contribuição refere-se à internacionalização da pesquisa sobre violência sexual e proteção integral. O relatório registra a aprovação de trabalho para apresentação na Conferência Nacional da National Association of Social Workers (NASW 2026), em Washington, D.C., e a participação no Congresso Internacional de Lusofonia, Políticas Públicas e Serviço Social (2026) e no IV Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental (2025). Essas experiências "possibilitaram a discussão dos resultados da pesquisa com especialistas nacionais e internacionais, contribuíram para o aperfeiçoamento teórico-metodológico do estudo e fortaleceram a visibilidade acadêmica da investigação" (Seção Resultados).

A décima terceira contribuição reside na preservação da especificidade da escuta qualificada diante da sobrecarga de demandas. O relatório evidencia que, no CREAS Oeste, a equipe técnica precisa desenvolver "rigoroso processo de acolhimento sob o PAEFI para gerenciar a sobrecarga de demandas sem descaracterizar a especificidade da escuta qualificada" (Seção 4.1.8). A defesa da

escuta qualificada constitui contribuição ética do Serviço Social, que resiste à redução do atendimento a procedimentos protocolares.

A décima quarta contribuição refere-se à superação do caráter burocrático e judicializante das políticas públicas. O relatório enfatiza que o fazer interdisciplinar dos assistentes sociais nos CREAS "deve pautar-se pela superação do caráter puramente burocrático e judicializante que frequentemente assombra as políticas públicas" (Seção 4.1.8). Essa contribuição evidencia o compromisso do Serviço Social com a dimensão protetiva, educativa e emancipatória da intervenção profissional.

A décima quinta contribuição diz respeito à leitura crítica do território como lócus de materialização das relações sociais de exclusão. Sposati (2009, p. 74), citada no relatório, salienta que "o território é o locus vivo onde as relações sociais de exclusão se materializam" (Seção 4.1.8). Essa capacidade de leitura territorial constitui contribuição específica do Serviço Social, que aporta a compreensão das dinâmicas socioespaciais para a qualificação das estratégias de proteção.

A décima sexta contribuição refere-se à compreensão da violência sexual como expressão da questão social. O relatório, fundamentado em Iamamoto (2015) e Netto (2001), evidencia que a violência sexual não pode ser compreendida como fenômeno isolado ou decorrente exclusivamente de relações interpessoais, mas como "manifestação das múltiplas expressões da questão social, produzidas pelas desigualdades estruturais, pela exclusão social, pelas relações desiguais de poder e pelas diversas formas de violação de direitos humanos" (Introdução). Essa perspectiva é contribuição fundamental do Serviço Social, que amplia o horizonte analítico para além de interpretações individualizantes ou moralizantes.

A décima sétima contribuição concerne ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Yazbek (2012, p. 118), referenciada no relatório, defende que a intervenção da média complexidade deve buscar "a consolidação da autonomia dos sujeitos e o efetivo fortalecimento de suas capacidades protetivas comunitárias" (Seção 4.1.7). Essa contribuição orienta o trabalho do assistente social no sentido de construir condições para que as famílias e os indivíduos se tornem protagonistas de seus processos de proteção e recuperação.

A décima oitava contribuição refere-se à participação em reuniões interinstitucionais como espaço de construção de estratégias coletivas. O relatório registra que o trabalho do assistente social envolve "participação em reuniões interinstitucionais e a construção de estratégias capazes de interromper o ciclo de

violência" (Seção 4.2). Essa atuação interpessoal e interinstitucional constitui contribuição importante para a integração da rede de proteção.

A décima nona contribuição reside na construção coletiva de conhecimento por meio de grupos de pesquisa. O relatório evidencia que o GEDUCAS consolidou-se como "ambiente permanente de produção científica, reflexão crítica e cooperação acadêmica" (Seção Resultados). Essa produção coletiva de saberes contribui para a qualificação permanente da atuação profissional dos assistentes sociais nos CREAS e para o avanço do conhecimento sobre a proteção integral.

A vigésima contribuição refere-se ao compromisso ético-político com a produção de conhecimentos socialmente referenciados. O relatório, em suas Considerações Finais, reafirma que o estágio de pós-doutorado "reafirma o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social" (Seção Comentários do Supervisor). Esse compromisso constitui a contribuição mais ampla e profunda do Serviço Social para a proteção integral, na medida em que orienta toda a atuação profissional pela defesa da cidadania, da democracia e da emancipação humana.

Em síntese, o relatório científico circunstanciado evidencia que as contribuições do Serviço Social para a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são múltiplas, articuladas e profundamente enraizadas no projeto ético-político da profissão. Desde a defesa intransigente dos direitos humanos até a produção de conhecimentos comprometidos com a transformação social, o Serviço Social aporta saberes, competências e práticas indispensáveis para que os CREAS cumpram sua missão institucional de garantia da proteção integral, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Política Nacional de Assistência Social e nas diretrizes operacionais do Sistema Único de Assistência Social.

5. DISCUSSÃO

Os resultados alcançados durante o desenvolvimento do estágio de pós-doutorado evidenciam que as atividades executadas ultrapassaram a dimensão operacional prevista no plano de trabalho, constituindo um processo contínuo de aperfeiçoamento científico, fortalecimento da produção acadêmica e ampliação das

competências relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. A vivência no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) possibilitou consolidar conhecimentos teóricos e metodológicos indispensáveis para o desenvolvimento da investigação e para a formação de uma pesquisadora comprometida com a produção crítica do conhecimento.

A inserção nas atividades acadêmicas do Programa permitiu compreender que a pesquisa científica, especialmente na área do Serviço Social, deve estar permanentemente articulada às demandas concretas da sociedade. Nesse sentido, o estudo sobre o trabalho interdisciplinar dos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) reafirma a importância da universidade pública na produção de conhecimentos voltados à qualificação das políticas públicas e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

A realidade investigada demonstra que o enfrentamento da violência sexual infantil exige muito mais do que intervenções pontuais. Trata-se de uma expressão da questão social que demanda ações intersetoriais, planejamento institucional, compromisso ético e articulação permanente entre os diferentes órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. A atuação dos assistentes sociais nesse contexto evidencia a necessidade de práticas profissionais fundamentadas em conhecimentos científicos, capazes de interpretar criticamente a realidade social e construir estratégias de intervenção comprometidas com a defesa dos direitos humanos.

Sob essa perspectiva, as reflexões desenvolvidas durante o estágio dialogam com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, reafirmando que o exercício profissional deve estar orientado pela defesa da cidadania, da democracia, da justiça social e da emancipação humana. O aprofundamento dessas discussões fortaleceu a compreensão acerca do papel estratégico do assistente social na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, especialmente na Política de Assistência Social.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da interdisciplinaridade para o enfrentamento das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa evidencia que a complexidade dessa demanda exige a atuação integrada entre assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais da saúde, operadores do direito, conselheiros tutelares e demais integrantes da rede de proteção. A

construção de respostas efetivas depende da articulação entre diferentes saberes, respeitando as competências profissionais e fortalecendo o trabalho em equipe.

As atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos GEDUCAS contribuíram significativamente para esse processo de reflexão. A coordenação do grupo favoreceu a construção coletiva do conhecimento, possibilitando o compartilhamento de experiências, a realização de debates teóricos e o desenvolvimento de pesquisas articuladas às demandas sociais contemporâneas. O espaço consolidou-se como ambiente privilegiado para o fortalecimento da produção científica e para a formação continuada de pesquisadores, reafirmando a importância dos grupos de pesquisa como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento da ciência.

A participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também representou importante contribuição para o amadurecimento acadêmico. A experiência permitiu compreender as diferentes etapas da produção editorial, desde a revisão da literatura até a organização dos textos científicos, fortalecendo competências relacionadas à escrita acadêmica, à sistematização do conhecimento e à divulgação científica.

No âmbito da formação docente, a colaboração na elaboração das aulas, no planejamento das disciplinas e na organização de materiais didáticos possibilitou ampliar a compreensão acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa experiência evidenciou que a docência universitária ultrapassa a transmissão de conteúdo, constituindo um processo permanente de construção coletiva do conhecimento, formação crítica e desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à participação em congressos, seminários e eventos científicos. Esses espaços favoreceram a atualização teórica, o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das redes de cooperação acadêmica, permitindo conhecer diferentes perspectivas analíticas sobre o Serviço Social, as políticas públicas e os direitos da infância e da adolescência. Além disso, possibilitaram ampliar o diálogo com pesquisadores de diversas instituições, fortalecendo futuras parcerias científicas.

As reuniões de orientação realizadas ao longo do estágio constituíram momentos fundamentais para o amadurecimento da pesquisa. As discussões desenvolvidas com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto contribuíram para o

aperfeiçoamento do percurso metodológico, para a redefinição de estratégias investigativas e para o aprofundamento das categorias analíticas que sustentam o estudo. Esse acompanhamento sistemático foi essencial para garantir a coerência científica da investigação e o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho.

Os resultados obtidos demonstram, ainda, que o estágio de pós-doutorado favoreceu o desenvolvimento de competências relacionadas à liderança acadêmica, à gestão de grupos de pesquisa, à organização de atividades científicas e ao planejamento de ações formativas. Essas experiências ampliaram a capacidade de coordenação de equipes, de mediação de debates científicos e de construção de projetos coletivos de pesquisa, competências indispensáveis para a atuação no ensino superior e na pós-graduação.

Do ponto de vista institucional, observa-se que a participação ativa nas atividades do Programa de Pós-Graduação fortaleceu os vínculos entre pesquisa, formação profissional e compromisso social. As experiências vivenciadas envolvendo a participação em atividades acadêmicas, seminários, grupos de estudos e pesquisa, discussões teóricas e metodológicas, trocas de experiências com docentes e pesquisadores, bem como o contato com diferentes perspectivas sobre as políticas públicas e as expressões da questão social, contribuíram para o aprofundamento da formação acadêmica e para a ampliação da capacidade de análise crítica da realidade. Nesse sentido, tais experiências reafirmaram a relevância da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade e com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

Em síntese, a discussão dos resultados evidencia que o estágio de pós-doutorado proporcionou avanços significativos na formação científica, docente e profissional da pesquisadora. As atividades desenvolvidas contribuíram para a consolidação da pesquisa, para o fortalecimento da produção acadêmica, para a ampliação das redes de cooperação científica e para a construção de conhecimentos capazes de subsidiar o aprimoramento das políticas públicas destinadas à proteção de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Dessa forma, o percurso realizado reafirma o compromisso da pesquisa com os princípios éticos do Serviço Social e com a produção de conhecimento socialmente referenciado, voltado à defesa intransigente dos direitos humanos e ao fortalecimento da cidadania.

6. ORIENTAÇÕES

As atividades de orientação desenvolvidas durante o estágio de pós-doutorado constituíram um dos principais pilares para o amadurecimento científico da pesquisa e para o fortalecimento da formação acadêmica da pesquisadora. Sob a supervisão da Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, as orientações ocorreram de forma sistemática e contínua, possibilitando o acompanhamento permanente das atividades previstas no plano de trabalho, bem como a avaliação dos avanços alcançados ao longo do período.

As reuniões de orientação configuraram-se como espaços privilegiados de reflexão crítica, nos quais foram discutidos os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa, a organização do cronograma de execução, a definição das estratégias de investigação e a análise dos resultados parciais obtidos. Esses encontros contribuíram para o aperfeiçoamento do percurso investigativo e para a consolidação de uma postura científica pautada pelo rigor metodológico e pelo compromisso ético com a produção do conhecimento.

Durante as orientações foram aprofundadas discussões acerca do referencial teórico do Serviço Social crítico, da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social, da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. As leituras orientadas favoreceram a ampliação da capacidade analítica da pesquisadora, permitindo compreender o fenômeno investigado em sua complexidade histórica, social, política e institucional.

As orientações também contemplaram a análise crítica da literatura nacional e internacional, incentivando a incorporação de produções científicas contemporâneas ao desenvolvimento da pesquisa. Esse processo possibilitou identificar lacunas existentes na produção do conhecimento, bem como reconhecer novas possibilidades investigativas relacionadas ao trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos CREAS.

Outro aspecto relevante refere-se às discussões sobre a estrutura do relatório científico, elaboração de artigos, capítulos de livros e demais produções acadêmicas decorrentes do estágio de pós-doutorado. A supervisão permanente contribuiu para o

aprimoramento da escrita científica, da organização textual e da sistematização dos resultados obtidos, fortalecendo a qualidade da produção intelectual desenvolvida durante o período.

As orientações também favoreceram a ampliação da inserção institucional da pesquisadora, estimulando sua participação em grupos de pesquisa, congressos, seminários e demais eventos científicos. Essa participação fortaleceu o intercâmbio acadêmico, ampliou o diálogo com pesquisadores de diferentes instituições e contribuiu para a consolidação de redes de cooperação científica.

No decorrer do ano de 2026, as orientações ultrapassaram os limites da pesquisa individual, abrangendo igualmente atividades relacionadas à coordenação do Grupo de Estudos GEDUCAS, à colaboração na elaboração de aulas e materiais didáticos e à participação na produção de obra científica vinculada a projeto financiado pelo CNPq. Essas experiências possibilitaram integrar diferentes dimensões da vida universitária, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A supervisão da Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto caracterizou-se pelo acompanhamento permanente das atividades acadêmicas, incentivo à autonomia científica, estímulo à produção intelectual e compromisso com a formação de pesquisadores capazes de desenvolver investigações socialmente referenciadas e comprometidas com a transformação da realidade social.

Nesse sentido, as orientações recebidas durante o estágio de pós-doutorado foram fundamentais para a consolidação da pesquisa, para o fortalecimento da formação docente e para o desenvolvimento de competências científicas que certamente repercutirão nas futuras atividades acadêmicas e profissionais da pesquisadora.

7. DISCIPLINAS MINISTRADAS COM A RESPECTIVA CARGA HORÁRIA E/OU A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Ao longo do estágio de pós-doutorado, as atividades desenvolvidas extrapolaram o campo específico da pesquisa, alcançando importantes experiências relacionadas ao ensino, e à formação acadêmica. A participação nessas atividades reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio que orienta

a atuação das universidades públicas brasileiras e fortalece a produção do conhecimento comprometido com as demandas da sociedade.

Durante o período relatado, a pesquisadora colaborou diretamente com a Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto na organização e planejamento das disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP. Essa colaboração envolveu levantamento bibliográfico, atualização de referências, elaboração de materiais didáticos, organização de conteúdos programáticos e apoio às atividades pedagógicas, contribuindo para o aprimoramento das práticas de ensino e para a qualificação da formação discente.

Outro destaque foi a atuação como coordenadora dos encontros para estudo do Grupo de Estudos GEDUCAS durante o ano de 2026. A coordenação do estudo possibilitou organizar reuniões científicas, estruturar cronogramas de atividades, conduzir debates acadêmicos, acompanhar pesquisadores em diferentes níveis de formação e estimular a produção coletiva do conhecimento. O GEDUCAS consolidou-se como espaço permanente de estudo, reflexão crítica e intercâmbio científico, fortalecendo a formação continuada de seus integrantes.

No âmbito da extensão universitária, destaca-se a participação em ações voltadas à socialização do conhecimento produzido no ambiente acadêmico, em grupos de estudos e pesquisa, seminários, palestras, eventos científicos, rodas de conversa, atividades formativas e espaços de discussão com profissionais, estudantes e representantes da sociedade. Essas iniciativas possibilitaram a apresentação e o debate de resultados de pesquisas, reflexões teóricas e experiências profissionais, favorecendo a circulação do conhecimento para além dos espaços estritamente acadêmicos.

As discussões realizadas no grupo de pesquisa, a participação em eventos científicos, a produção e socialização de materiais acadêmicos, bem como o compartilhamento de conhecimentos com profissionais e usuários dos serviços públicos, contribuíram para ampliar o debate sobre serviço social, direitos humanos, políticas públicas, infância e adolescência. desse modo, as ações desenvolvidas fortaleceram o diálogo entre universidade e sociedade, possibilitando que o conhecimento científico produzido no âmbito acadêmico estabelecesse interlocução com as demandas concretas dos territórios, dos serviços públicos e dos sujeitos sociais, contribuindo para a formação crítica e para o aprimoramento das práticas profissionais e das políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

A participação em congressos, seminários, jornadas científicas e encontros acadêmicos também representou importante dimensão das atividades desenvolvidas. Entre as experiências vivenciadas no período, destaca-se, em 2025, a participação no IV Congresso Internacional: Novas Abordagens em Saúde Mental, com a apresentação de trabalhos relacionados à poesia como prática terapêutica no CAPS Colombina Neto Cerqueira Leão, à integração da musicoterapia e psicofármacos no cuidado em saúde mental e ao enfrentamento da automutilação na adolescência, além da participação em atividade sobre acolhimento e intervenção nos casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. Em 2026, destaca-se a participação no Congresso Internacional de Lusofonia, Políticas Públicas e Serviço Social: Democracia, Justiça Social e Sustentabilidade, com a apresentação do trabalho intitulado “O papel do assistente social no CAPS Colombina Neto Cerqueira Leão na promoção da saúde mental e direitos”. Esses espaços possibilitaram o intercâmbio de experiências com pesquisadores de diferentes instituições, favoreceram a atualização científica e fortaleceram as redes de pesquisa, contribuindo para a disseminação do conhecimento e para o desenvolvimento de futuras parcerias acadêmicas.

Destaca-se, ainda, a participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo CNPq, experiência que ampliou as competências relacionadas à produção editorial, à escrita científica e à construção coletiva do conhecimento. Essa atividade reafirma o compromisso da pesquisadora com a produção intelectual de qualidade e com a divulgação científica dos resultados alcançados.

As atividades de ensino desenvolvidas durante o estágio contribuíram significativamente para a formação acadêmica, científica e docente da pesquisadora, permitindo o desenvolvimento de competências relacionadas à liderança, ao planejamento pedagógico, à comunicação científica e à articulação entre universidade, políticas públicas e sociedade.

O conjunto dessas experiências demonstra que o estágio de pós-doutorado não se restringiu ao desenvolvimento da pesquisa, mas constituiu um processo abrangente de formação acadêmica, fortalecimento institucional e produção de conhecimento comprometido com a defesa dos direitos humanos, com a qualificação das políticas públicas e com a excelência científica.

8. COMENTÁRIOS DO SUPERVISOR

A análise do Relatório de Pesquisa evidencia que a orientanda pesquisadora cumpriu, com empenho, dedicação e responsabilidade, as atividades previstas em seu Plano de Estudos, demonstrando sua inserção nas atividades de pesquisa, ensino, extensão e formação acadêmica desenvolvidas no âmbito da Universidade.

Destaca-se, particularmente, sua participação na coordenação das atividades de estudo do grupo de pesquisa, assumindo a liderança dos encontros, contribuindo para a organização e dinamização das discussões. Sua atuação revelou-se importante para o fortalecimento do espaço coletivo de estudos, favorecendo a interlocução acadêmica e a construção do conhecimento.

Ressalta-se, igualmente, sua contribuição para a pesquisa coletiva desenvolvida pela orientadora, em conjunto com um grupo de pesquisadores, cuja temática apresenta estreita relação com seu objeto de investigação no âmbito da Proteção Social Especial. Sua participação nesse processo agregou elementos relevantes ao desenvolvimento da pesquisa, favorecendo o diálogo entre diferentes perspectivas e o aprofundamento das análises acerca da temática em estudo.

Além das atividades diretamente relacionadas à pesquisa, a orientanda participou de ações voltadas à formação de estudantes de graduação e de atividades de extensão desenvolvidas no âmbito da Universidade, ampliando sua inserção acadêmica e contribuindo para a articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Considerando o conjunto das atividades realizadas e os resultados apresentados, avalia-se que a orientanda cumpriu as atividades estabelecidas em seu Plano de Estudos, evidenciando compromisso com a pesquisa, participação ativa nas atividades acadêmicas e relevante contribuição para as ações coletivas de formação e produção do conhecimento desenvolvidas no período do pós-doutoramento.

Diante do exposto, considera-se que o Relatório de Pesquisa apresenta resultados compatíveis com os objetivos estabelecidos para o estágio de pós-doutoramento, destacando-se a relevância de sua participação para o fortalecimento das atividades de pesquisa e formação desenvolvidas no âmbito institucional. Ressalta-se, por fim, sua contribuição para a produção coletiva do conhecimento e para o fortalecimento dos espaços de interlocução acadêmica, aspectos que qualificam de maneira significativa sua experiência de pós-doutoramento.

Considerações Finais

O desenvolvimento do estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob a supervisão da Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, constituiu uma etapa de significativa relevância para o fortalecimento da trajetória acadêmica, científica e profissional da pesquisadora. O conjunto das atividades desenvolvidas permitiu não apenas o cumprimento do plano de trabalho inicialmente proposto, mas também a ampliação das experiências relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão universitária e à produção científica, reafirmando a importância do pós-doutorado como espaço de consolidação da formação de pesquisadores comprometidos com a produção do conhecimento socialmente referenciado.

Ao longo do período, foi possível aprofundar o estudo sobre o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos assistentes sociais nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), ampliando a compreensão acerca das estratégias de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e das contribuições do Serviço Social para o fortalecimento das políticas públicas de proteção integral. A pesquisa possibilitou aprofundar discussões teóricas e metodológicas fundamentais para compreender a complexidade do fenômeno investigado, considerando suas determinações históricas, sociais, econômicas e políticas.

Os resultados alcançados evidenciam que o desenvolvimento da pesquisa ultrapassou os limites da produção acadêmica individual, promovendo significativa inserção nas atividades institucionais do Programa de Pós-Graduação. A participação ativa nas ações desenvolvidas fortaleceu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e ampliando as possibilidades de cooperação científica entre pesquisadores e instituições.

Entre os principais avanços obtidos durante o período destaca-se a coordenação dos encontros para estudo do Grupo de Estudos GEDUCAS, atividade que representou importante oportunidade de desenvolvimento de competências relacionadas à liderança acadêmica, organização de grupos de pesquisa, planejamento científico e mediação de debates teóricos. A experiência contribuiu para fortalecer a integração entre pesquisadores, incentivar a produção científica coletiva

e consolidar o grupo como espaço permanente de reflexão crítica e construção do conhecimento.

Outro resultado expressivo refere-se à participação na elaboração de obra científica vinculada a projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa experiência ampliou a compreensão acerca dos processos de produção editorial, sistematização do conhecimento científico e escrita acadêmica, fortalecendo a inserção da pesquisadora em projetos de pesquisa de abrangência nacional e reafirmando o compromisso com a produção científica de qualidade.

A colaboração junto à Professora Dra. Adriana Giaqueto Jacinto na elaboração de aulas, planejamento de disciplinas, organização de materiais didáticos e desenvolvimento de atividades pedagógicas também constituiu importante marco na formação docente. Essas experiências favoreceram a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo competências relacionadas ao planejamento pedagógico, à formação de pesquisadores e à construção coletiva do conhecimento.

A participação em congressos, seminários, jornadas científicas, grupos de estudos e demais eventos acadêmicos possibilitou ampliar o intercâmbio com pesquisadores de diferentes instituições, conhecer experiências inovadoras desenvolvidas em âmbito nacional e fortalecer redes de cooperação científica. Esses espaços contribuíram significativamente para a atualização teórica, o amadurecimento metodológico da pesquisa e a divulgação do conhecimento produzido durante o estágio de pós-doutorado.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao fortalecimento da produção intelectual. As leituras dirigidas, as revisões bibliográficas, a participação em reuniões científicas, a elaboração de textos acadêmicos e a sistematização dos resultados da pesquisa contribuíram para consolidar uma postura investigativa crítica, comprometida com o rigor científico e com a produção de conhecimentos capazes de subsidiar o aprimoramento das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

As atividades desenvolvidas reafirmam que a universidade pública desempenha papel estratégico na produção de conhecimentos comprometidos com a transformação da realidade social. Nesse contexto, o estágio de pós-doutorado fortaleceu a compreensão de que a pesquisa científica deve dialogar permanentemente com as demandas sociais, contribuindo para a formulação de

políticas públicas mais qualificadas, para o fortalecimento dos direitos humanos e para a efetivação da proteção integral prevista na legislação brasileira.

O percurso desenvolvido também possibilitou ampliar competências relacionadas à gestão acadêmica, coordenação de grupos de pesquisa, produção científica, liderança institucional e atuação docente, aspectos fundamentais para a continuidade da trajetória acadêmica e para o fortalecimento da atuação profissional da pesquisadora no ensino superior e na pesquisa.

Por fim, considera-se que os objetivos estabelecidos para o estágio de pós-doutorado foram alcançados de maneira satisfatória, evidenciando avanços consistentes na execução da pesquisa, na formação científica e na produção do conhecimento. As atividades desenvolvidas contribuíram para consolidar novas perspectivas investigativas, fortalecer parcerias acadêmicas e ampliar a inserção institucional da pesquisadora, criando bases sólidas para futuras pesquisas, publicações científicas, projetos de extensão e ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes.

Dessa forma, conclui-se que o estágio de pós-doutorado representou uma experiência acadêmica de elevada relevância, caracterizada pelo compromisso com a excelência científica, com a formação continuada e com a produção de conhecimentos socialmente comprometidos. Permanecem como perspectivas futuras a continuidade da pesquisa, a publicação dos resultados obtidos em periódicos científicos de alto impacto, a ampliação das parcerias nacionais e internacionais, a consolidação das atividades do Grupo de Estudos GEDUCAS e o desenvolvimento de novos projetos voltados ao fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social.

Franca/SP, 02 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIANA GIAQUETO JACINTO
Data: 02/09/2026 14:12:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adriana Giaqueto Jacinto
Supervisora do Pós-doutorado

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSIENE CAMELO FERREIRA ANTUNES
Data: 02/09/2026 12:38:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Josiene Camelo Ferreira Antunes
Pós-doutoranda